

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

**CARLOS ALBERTO JACQUES**

**AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS BIBLIOTECAS DE  
ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO  
DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis  
2012.

CARLOS ALBERTO JACQUES

**AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS BIBLIOTECAS DE  
ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO  
DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto

Florianópolis  
2012.

Ficha catalográfica elaborada pelo graduando de Biblioteconomia/UFSC  
Carlos Alberto Jacques.

J194a JACQUES, Carlos A.

As Políticas de Desenvolvimento de Coleções nas  
Bibliotecas de Escolas Públicas e Particulares de Ensino  
Fundamental e Médio do Município de Florianópolis.

Orientador: Professor Dr. Adilson Luiz Pinto.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação,  
Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

1. Biblioteca Escolar. 2. Políticas de Desenvolvimento de  
Coleções. I. Título.

Esta obra é licenciada por uma licença *Creative Commons* de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5.



Você pode:

- copiar, distribuir, exhibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

CARLOS ALBERTO JACQUES

**AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS BIBLIOTECAS  
DE ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE ENSINO FUNDAMENTAL E  
MÉDIO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Biblioteconomia e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, aprovado com nota: 9.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2012.



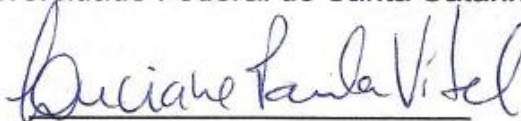
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magda Teixeira Chagas  
Coordenador(a) do Curso

**Banca Examinadora:**

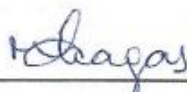


Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto  
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Luciane Paula Vital  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magda Teixeira Chagas  
Universidade Federal de Santa Catarina

À minha querida mãe,  
que de sua morada espiritual, orienta, inspira e assiste a concretização de um  
sonho, dedico esta conquista.

A meu querido filho  
José Carlos, espero que possa servir como referência para sua jornada na busca  
por conhecimento para sua formação plena.

## **AGRADECIMENTOS**

A família, em especial minha querida Elizabete, pelo apoio, compreensão, confiança e carinho durante esta trajetória de aquisição de conhecimentos.

A todos os colegas pelos momentos compartilhados e pelas contribuições ofertadas ao longo do curso.

Aos professores da UFSC que destinaram seu tempo, sua experiência e seus conhecimentos à minha formação acadêmica e aperfeiçoamento pessoal.

Aos amigos que sempre torceram por meu sucesso.

A família comparte que constitui o “Colégio Geração” por abrir suas portas e apoiar por intermédio de seus dirigentes e colaboradores importantes etapas desta jornada.

A chefe e amiga Maria da Graça e demais colegas de trabalho, que sempre proveram condições para que eu cumprisse com meus compromissos acadêmicos.

Ao Dr. Murillo R. Capella meu mentor, incentivador e principiador deste objetivo.

Ao Professor e amigo Rudney da Silva, por suas orientações, ensinamentos e intervenções, sem as quais não seria possível desatar “nós conceituais” para alcançar este objetivo.

Ao Professor Adilson com sua paciência, flexibilidade, naturalidade, competência e profissionalismo, que me conduziu na construção deste trabalho e sempre me fez acreditar ser possível.

Aos membros da banca examinadora que aceitaram avaliar e arguir com isenção, respeito e profissionalismo.

A meu pai que acreditou, investiu, cobrou responsabilidade, pontualidade e assiduidade, e sempre torceu orgulhoso por minhas conquistas.

Àqueles que minha falha memória não encontra neste momento.

Aos deuses de toda matéria, e de toda alma, agradeço por minha existência.

“Quando se rouba ideias de um autor, chama-se plágio; quando se  
rouba de muitos, chama-se pesquisa”

*Wilson Mizner (1893-1933)*

## RESUMO

O estudo refere-se às políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas das escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio do município de Florianópolis. Teve como principal objetivo conhecer a existência dessas políticas neste universo particular. Para se alcançar os objetivos, empregaram-se técnicas das pesquisas sociais, utilizando-se dos questionários como instrumento de coleta dos dados, encaminhados por meio eletrônico e entregues pessoalmente. Os resultados revelaram que apenas 29 sujeitos (25%) apresentaram interesse em participar do estudo. Deste contingente, (48,3%) são bibliotecas de escolas estaduais, (44,8%) municipais e (6,9%) particulares. A responsabilidade pelas bibliotecas pesquisadas é exercida por profissional bibliotecário em (55,2%) das Instituições, sendo que destes, (44,8%) atuam em escolas municipais, (6,9%) em escolas estaduais e (3,4%) em escolas particulares. A presença de bibliotecários nas bibliotecas não foi determinante para existência de políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas, pois (58,6%) não contam com as políticas e (65,5%) não dispõem desse documento. Apesar da não existência de políticas formais, o profissional bibliotecário, se destacou como responsável pela formação e desenvolvimento das coleções executando as atividades de seleção com (37,9%), avaliação (31,0%), aquisição (24,1%) e descarte (48,3%) das frequências. A origem dos recursos para a composição do acervo das bibliotecas é proveniente de verba predominantemente oriunda de órgãos superiores (20,7%), seguida de verba exclusivamente da escola e por composições de verba de órgãos superiores com verba da escola, destacando-se que o recurso oriundo das bibliotecas figura em apenas (5%) dos casos. Conclui-se que as bibliotecas em especial das escolas estaduais, precisam adequar-se à legislação vigente, e devem apoiar-se nas recomendações dos especialistas da área para a instituição de políticas de desenvolvimento de coleções.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar; Políticas de Desenvolvimento de coleções.



## ABSTRACT

The study refers to the collection development policies of the libraries of public schools and private primary and secondary schools in Florianópolis. Thus, the objective this study was to know the existence of such policies in this particular universe. Techniques social research were applied for to the achieve the goals, with the use of the questionnaires as a tool for data collection, sent electronically and delivered personally. The results revealed that only 29 subjects (25%) showed interest in participating in the study. Of this total, (48.3%) are of state libraries schools, (44.8%) are of municipal schools and (6.9%) are of private schools. The presence of librarians in the libraries was not decisive for the existence of policies of the development of the library collections, because (58.6%) lacks policies and (65.5%) do not have such a document. The responsibility by the libraries schools is exercised by the professional librarian in (55.2%) of the institutions, and of these, (44.8%) work in municipal public schools, (6.9%) in state public schools and (3.4%) in private schools. The presence of librarians in the libraries was not decisive for the existence of collection development policies, (58.6%) of the libraries, does not have policies and (65.5%) do not have this document. Despite the lack of formal policies for development collections, the professional librarian, stood out as responsible for the training and development of this collections, with the activities of the selection (37.9%), evaluation (31%), acquisition (24.1%) and exclusion (discard) (48.3%). The source of funds for the composition of the collection of library funding comes from predominantly coming from higher organs (20.7%), followed by the school budget and by the compositions of budget of the bodies of the government, highlighting that only (5%) of cases were of libraries. We conclude that the libraries especially the state schools, need to adapt to the current legislation, and must rely on the recommendations of experts in the field for the policies for collection development.

**Keywords:** School library; Collection Development Policies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1	- Processo de desenvolvimento de coleções.....	17
Figura	2	- Promoção do desenvolvimento da C&T.....	24
Gráfico	1	- Origem das verbas para composição do acervo das bibliotecas.....	56
Gráfico	2	- Frequência dos critérios humanos e administrativos para seleção de materiais.....	57
Gráfico	3	- Frequência dos critérios técnicos para seleção de materiais de informação para as bibliotecas.....	58
Gráfico	4	- Percentual de bibliotecas informatizadas.....	65
Gráfico	5	- Percentual de bibliotecas que disponibilizam acesso à Internet para consulta a bases de dados e buscadores.....	65
Gráfico	6	- Análise percentual dos impactos das políticas de desenvolvimento de coleções.....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela	1	- Tipo de vinculação administrativa da instituição, Florianópolis, 2012. ..	43
Tabela	2	- Formação profissional do responsável pela biblioteca, Florianópolis, 2012. ....	44
Tabela	3	- Existência de política de desenvolvimento de coleções, Florianópolis, 2012. ....	45
Tabela	4	- Existência de documento de formalização da política de desenvolvimento de coleções, Florianópolis, 2012. ....	46
Tabela	5	- Responsável pela seleção de materiais de informação, Florianópolis, 2012. ....	47
Tabela	6	- Responsável pela avaliação dos materiais de informação, Florianópolis, 2012. ....	48
Tabela	7	- Forma de aquisição dos materiais de informação, Florianópolis, 2012.	50
Tabela	8	- Responsável pela aquisição dos materiais de informação, Florianópolis, 2012. ....	51
Tabela	9	- Responsável pelo descarte dos materiais de informação, Florianópolis, 2012. ....	52
Tabela	10	- Origem dos recursos para aquisição dos materiais de informação, Florianópolis, 2012. ....	54
Tabela	11	- Critérios referentes à cobertura temática para seleção dos materiais de informação, Florianópolis, 2012. ....	59
Tabela	12	- Participação na formulação do PPP, Florianópolis, 2012. ....	60
Tabela	13	- Realização de estudos de usuários, Florianópolis, 2012. ....	61
Tabela	14	- Realização de avaliação das coleções, Florianópolis, 2012. ....	62
Tabela	15	- Percentual dos critérios para descarte de materiais de informação, Florianópolis, 2012. ....	63

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	Objetivos.....	14
1.1.1	Objetivo geral.....	14
1.1.2	Objetivos específicos.....	14
1.2	Justificativa.....	14
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1	Formação e desenvolvimento de coleções.....	16
2.1.1	Seleção.....	18
2.1.2	Política de seleção.....	20
2.1.3	Política de desenvolvimento de coleções.....	21
2.2	Evolução do desenvolvimento de coleções.....	24
2.3	Desenvolvimento de coleções no Brasil.....	26
2.4	Política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares.....	29
2.4.1	Política de desenvolvimento de coleções na esfera governamental.....	33
2.4.2	Política de desenvolvimento de coleções no âmbito privado.....	36
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>38</b>
3.1	Participantes.....	39
3.2	Coleta de dados.....	40
3.3	Execução.....	41
3.4	Análise dos dados.....	41
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>43</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas de formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas de escolas de educação básica, sejam elas públicas ou particulares, ainda encontra divergências quanto ao seu entendimento e aplicação. Weitzel (2009, p.2) tece considerações conservadoras, contudo, otimistas em relação a este assunto e coloca que a:

[...] concepção sobre o que é desenvolvimento de coleções não é nova e vem se consolidando ao longo de grandes períodos [...]. Da antiguidade até hoje existiram teorias e práticas que ainda não foram totalmente estudadas apesar de terem contribuído para o desenvolvimento da área.

Por outro lado Vergueiro (1987, p. 194) aponta que no “[...] Brasil, esta não é ainda uma preocupação muito comum aos bibliotecários. É normal encontrar por parte desses profissionais, quase completa indiferença em relação ao assunto [...]”. Como forma de alertar sobre este fato, Vergueiro (1993, p. 19) questiona: “[...] afinal, as coleções estão sendo realmente desenvolvidas com critérios neste país? Estão elas seguindo qualquer tipo de parâmetro para seu desenvolvimento?”

Em artigo anterior este autor já respondia a sua indagação. Segundo Vergueiro:

As bibliotecas brasileiras são, em geral, compostas por coleções que não chegaram a desenvolver-se de forma adequada. [...] não chegaram, na realidade, a desenvolver-se. Considerando-se este fato, é até facilmente explicável [...] a situação desanimadora em que se encontram, em geral, as bibliotecas deste País, reflexo do descaso pela cultura e do pouco planejamento a ela dedicado. [...] (VERGUEIRO, 1987, p. 193)

Deste modo, podem-se apontar suspeitas de que não exista um número considerável de instituições escolares que utilizem políticas de formação e desenvolvimento de coleções formalmente constituídas para suas bibliotecas. Assim, destaca-se a necessidade de provocar discussões acerca da importância das políticas de formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas de escolas. Este argumento baseia-se na necessidade de se favorecer o surgimento

de soluções para essas instituições, sejam elas mantidas pelo poder público ou pela iniciativa privada.

Pode-se destacar ainda que as políticas de formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas de escolas podem contribuir nas negociações entre os profissionais bibliotecários e as instituições mantenedoras das bibliotecas para a sua efetiva constituição e para a profissionalização da gestão dos acervos. O estudo também deverá ser capaz de apresentar às instituições mantenedoras, os benefícios da criação das políticas em relação aos aspectos econômicos, na melhoria dos índices gerais de eficiência, eficácia e de qualidade nos serviços oferecidos aos usuários, e naturalmente, busca amparar o bibliotecário no desenvolvimento das práticas cotidianas.

Com base em Carvalho e Klaes (1991 apud ROMANI; BORSZCZ, 2006, p. 24) pode-se destacar que para implantação de políticas de formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas devem-se observar as inúmeras particularidades existentes no contexto das escolas, pois caso bem executadas, podem contribuir substancialmente à realidade educacional.

Percebendo-se este cenário teórico, se desencadeiam questionamentos acerca da situação empírica, neste caso, do município de Florianópolis que a relevam, como por exemplo: As bibliotecas das escolas de educação básica possuem uma política de desenvolvimento de coleções? Como ocorre a obtenção de recursos para o desenvolvimento das coleções? Quais são os critérios para a seleção, aquisição e descarte de materiais das bibliotecas escolares? As bibliotecas possuem como responsáveis bibliotecários com formação? Diante destes questionamentos, este estudo tem como questão central a seguinte indagação: *Existem políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas das escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio do município de Florianópolis?*

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo geral

Conhecer a existência de políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas das escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio do município de Florianópolis.

### 1.1.2 Objetivos específicos:

- a. Levantar o número de escolas que possui biblioteca, relativamente ao acervo organizado e ao profissional bibliotecário;
- b. Averiguar a quantidade de bibliotecas que possui política de formação e desenvolvimento de coleções formalmente instituídas;
- c. Verificar a origem dos recursos para a aquisição de materiais de informação;
- d. Identificar a forma de seleção, avaliação, aquisição e descarte de materiais;
- e. Identificar os responsáveis pela formação e desenvolvimento das coleções nas bibliotecas dessas escolas.

## 1.2 Justificativa

Justifica-se este estudo, com base em Vergueiro (1993) que afirma que “[...] pouco ou quase nada [...]” tem sido feito enquanto esforço em direção ao desenvolvimento de coleções nas bibliotecas brasileiras. Busca-se ainda fortalecer esta atitude apoiando-se em Weitzel (2009, p. 3) que ao “[...] olhar de 1982 para trás denuncia não somente pouca literatura em português no país, mas

também uma lacuna sobre o processo de desenvolvimento de coleções propriamente dito.”

Buscou-se então, levantar no tempo presente a situação das bibliotecas das escolas públicas e particulares do município de Florianópolis em relação às políticas de formação e desenvolvimento de coleções. Além disso, espera-se que este documento possa subsidiar estudos futuros de maior rigor e profundidade sobre o assunto abordado, e deste modo, proporcione razoável contribuição à biblioteconomia e incremente o conjunto documental já existente.

Observado sob o caráter mais pessoal, este estudo apresentou-se significativamente desafiador, haja vista o que se pôde esperar como dificuldades e obstáculos, para os quais, foram sendo postos à prova a destreza, as capacidades intelectuais e políticas e os conhecimentos acadêmicos na busca de respostas às inquietações que o tema escolhido produziu.

Por outro lado, gera imediato sentimento de dever e satisfação, na busca por contribuir de algum modo com a sociedade da qual partem os recursos que subsidiam a formação superior nas universidades públicas brasileiras.

Finalizando as proposições que incitaram este estudo, se confiou na relevância de sua realização, por apontar um mercado que por direito, deve ser ocupado pelos profissionais bibliotecários, salientando-se a importância de sua atuação remunerada, preferencialmente sob vínculo empregatício, celetista ou estatal, ou quando for o caso, de forma autônoma por aqueles que desejem desenvolver atividades de consultoria e emprego de técnicas bibliotecárias nas instituições educacionais para a implantação de políticas de formação e desenvolvimento das coleções de suas bibliotecas.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Formação e desenvolvimento de coleções

A formação e o desenvolvimento de coleções de modo mais geral podem ser definidos como um conjunto de medidas para composição de acervos com a finalidade de atender às necessidades do público usuário de uma determinada unidade de informação (UI) seja ela biblioteca, museu, arquivo ou centro de documentação, dentre outros.

Para Carvalho e Klaes (1979 apud ROMANNI; BORSZCZ, 2006, p.24) a formação e desenvolvimento de coleções:

[...] é o conjunto de atividades caracterizadas por um processo decisório que determina a conveniência de se adquirir, manter ou descartar materiais, tendo como base critérios previamente definidos, que, por sua vez, são definidos por meio das diretrizes estabelecidas para formação ideal de um acervo, visando manter um conjunto de documentos (material bibliográfico e especial), que atenda as necessidades de informação dos clientes e aos objetivos da instituição [...]

Esse conjunto de atividades em sua complexidade e interdependência abarca a seleção, a avaliação, a aquisição, o tratamento e o desbastamento dos materiais informacionais. Cada uma dessas atividades observadas as suas particularidades, contribui substancialmente com a política adotada e representa uma etapa importante, que ao ser bem executada denota o sucesso do processo de formação e desenvolvimento de coleções como um todo.

Acerca deste assunto, Vergueiro (1989, p.16) reforça a “[...] visão do desenvolvimento de coleções como um processo, [...]” e, portanto, deve ser abordado de maneira sistêmica, respeitando-se que as atividades relacionadas às coleções não podem ser encaradas isoladamente. Contudo, vale ressaltar, que por vezes, a atividade de seleção de materiais de informação, devido a sua natureza decisória, costuma ser entendida como se fosse o processo de formação e desenvolvimento de coleções, e até mesmo confundida com a política para a formação e desenvolvimento de coleções, erro conceitual grave, ocasionado porque a literatura que trata do assunto, de modo geral, não apresenta com bastante clareza a hierarquia existente.

Em suma, a atividade de seleção, assim como a aquisição, a avaliação, o tratamento e o desbaste, estão contidos no processo de formação e desenvolvimento de coleções, que por sua vez faz parte da política de formação e desenvolvimento de coleções, algo mais abrangente e complexo, que cuida desta matéria com maior rigor e profundidade.

Sendo assim, apontadas questões dúbias acerca do assunto, parece-nos adequado neste momento, apresentar o modelo de G. Edward Evans utilizado por Vergueiro (1989, p. 17) a guisa de fortalecer as afirmações antepostas e ao mesmo tempo demonstrar a posição das respectivas atividades dentro do processo de desenvolvimento de coleções.

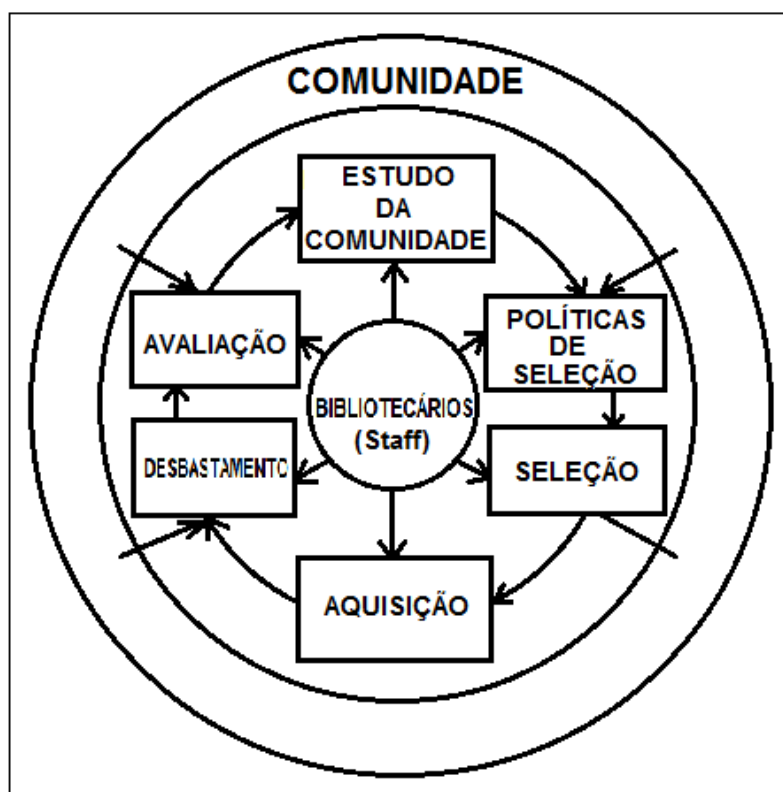


Figura 1 Processo de Desenvolvimento de coleções.  
Evans (1979 apud VERGUEIRO, 1989, p. 17)

Verificadas as atividades dentro do processo de desenvolvimento de coleções, busca-se esclarecer melhor estas questões conceituais apresentando definições que demonstrarão diferenças e semelhanças existentes entre “Seleção”, “Política de Seleção” e “Política de formação e desenvolvimento de coleções”, para que não ocorram equívocos futuros, haja vista que estas definições são empregadas no decorrer deste estudo.

### 2.1.1 Seleção

Partindo do princípio que uma biblioteca é caracterizada por um acervo que visa atender às necessidades de um determinado grupo social, fica clara a importância de formá-lo segundo critérios e procedimentos de adequação, tornando-se deste modo, imprescindível a realização de uma seleção apurada dos materiais para que se cumpra seu objetivo fundamental.

Dias e Pires (2003), caracterizam esta atividade como processo, e conceituam como:

Conjunto de procedimentos que serve para estabelecer ações, projetar estratégias gerais e definir critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e no desenvolvimento das coleções em concordância com os objetivos, os programas da instituição e os usuários do sistema. (DIAS; PIRES, 2003, p. 44)

A atividade de seleção é definida por Guinchat e Menou (1994, p.83) como “[...] a escolha dos documentos que a unidade de informação deseja adquirir.” Pode-se considerar na seleção, questões como: o assunto, o usuário, o documento, o preço, além de questões complementares que devem ser observadas com especial atenção, é o caso, por exemplo, da definição da qualidade gráfico-pedagógica do material, e da reputação do autor/editora. Guinchat e Menou (1994, p.83) salientam que esta etapa, se trata de uma “[...] operação intelectual delicada, que deve ser realizada por um responsável competente no assunto tratado, em colaboração com os usuários.” Vergueiro (1989) corrobora esta afirmação, contudo, indica que essa etapa era tida como uma arte, quase uma qualidade inata do indivíduo, e ressalta a importância da sua desmistificação, felizmente ocorrida, para o emprego de uma abordagem

mais técnica, permitindo um enfoque mais pragmático – ou científico da questão, favorecendo deste modo a formulação de critérios que possam garantir tanto a sua execução quanto a sua continuidade.

Por sua vez, em definição clara e sintética, Chagas e Bahia (2010, p. 18) apontam que “[...] selecionar é ser capaz de comparar diferentes documentos sobre um mesmo assunto, pesar o mérito de demandas opostas, julgar o valor dos documentos individualmente, e estabelecer métodos de utilização de verbas, da melhor maneira possível.”

A propósito, as questões que envolvem juízo de valor na seleção de materiais requerem do sujeito ou da comissão responsável, um mínimo de senso e consciência moral para que possam eleger os materiais a serem adquiridos com convicta imparcialidade respeitando o princípio da liberdade de acesso às informações. Contudo, os responsáveis por esta etapa, precisam manter uma postura firme diante das pressões que são recorrentemente ocasionadas pelos diversos interesses confrontantes, mediando os conflitos que deles decorrem, e devem buscar refrear veementemente atos de censura que por ventura surjam.

Em relação à censura empreendida na formação dos acervos, Vergueiro (1987) aponta que mais fácil é reprimi-la quando é imposta por terceiros, contudo,

[...] muito mais difícil, é conseguir refrear a tendência, inerente a todos os profissionais bibliotecários, de formar uma coleção de acordo com sua própria visão de mundo, não permitindo que dela façam parte obras que defendam pontos de vista que ele, pessoalmente, como cidadão, considera perniciosos. (VERGUEIRO, 1987, p.21)

Outro aspecto de implicações éticas e legais é ressaltado de forma recorrente na literatura que trata sobre o assunto é lembrado por Chagas e Bahia (2010). Para as autoras “os bibliotecários e demais responsáveis pelas bibliotecas escolares devem estar atentos para garantir o cumprimento do que rege a Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, que trata sobre os direitos dos autores.” Nesse sentido, revelam-se cuidados especiais e necessários para selecionar que vão além dos materiais e seus conteúdos. Estes cuidados devem se estender também à forma de publicação, comercialização e reprodução.

Verifica-se, portanto, nesta breve investigação literária sobre a seleção, haja vista que, conforme apontado anteriormente, não se pretendia um

aprofundamento demasiado dos tópicos apresentados, bastando-nos uma abordagem de apresentação de conceitos sobre as etapas do desenvolvimento de coleções, que esta não é uma tarefa das mais fáceis, a etapa coloca em prova a destreza política, as capacidades técnicas e um profundo senso de equidade dos responsáveis por sua execução. Depreende-se além do que foi posto, sobre a importância e a necessidade desta atividade estar amparada por políticas que definam diretrizes para dirimir conflitos e tendências indesejáveis.

### 2.1.2 Política de seleção

É considerada uma denominação usual para o conjunto de critérios para selecionar materiais de informação que garantem a coerência do acervo ao longo do tempo, (VERGUEIRO, 1997, p. 19).

Esses critérios de modo bastante abrangente são apresentados por Dias e Pires (2003) conforme segue:

[...] assunto; usuário; língua/idioma; autor editor; data de publicação; formato, capa, fonte e papel; controle bibliográfico (indexação); nível de coleção; adequação do material aos objetivos e às necessidades; autoridade do autor e/ou editor; atualidade; qualidade pedagógica; equilíbrio e organização da obra (conteúdo, ilustrações, etc.); precisão, imparcialidade; cobertura/tratamento da qualidade da gráfica da obra; qualidade artística da obra; custo justificável perante recursos disponíveis; língua acessível; representatividade dos que indicam a sugestão; preço e disponibilidade orçamentária; conveniência do material no que se refere à compreensão do usuário; relevância e interesse às necessidades dos usuários; índices, notas e biografias bem como avaliação dos custos de processamento técnico; armazenamento, segurança, etc. (DIAS; PIRES, 2003, p. 47)

Dias e Pires (2003, p. 46) apontam que a política de seleção “[...] deve ser flexível permitindo atualização, de modo a facilitar as decisões e justificar a incorporação ou não de determinados itens [...]” e também ser norteadas por diretrizes capazes de: estabelecer padrões de qualidade; identificar os envolvidos; diagnosticar a coleção e o ambiente institucional; comparar resultados; estabelecer bibliografia básica; estabelecer política de seleção que contemple: prioridades, distribuição de recursos, tipo de material, especialidade, nível de

escolaridade e idioma; considerar questões como o direito autoral, direito moral e direito patrimonial; encaminhar processo contendo bibliografia básica para aquisição; estabelecer junto do pessoal de referência e aquisição informações que possibilitem a avaliação contínua do processo de seleção; evitar problemas com recursos financeiros insuficientes, falta de espaço físico e de pessoal para processar todo o material.

### 2.1.3 Política de formação e desenvolvimento de coleções

A política de formação e desenvolvimento de coleções é um plano de ações delineado para nortear o planejamento global da coleção e seu crescimento, considerando a finalidade das coleções, o público usuário, os objetivos da instituição. Este plano deve ser traçado preferencialmente por uma comissão presidida por um bibliotecário formado, composta pelo pessoal da biblioteca, por representantes das categorias de usuários, e deve contar com a participação de membros da administração, e necessariamente, ter aprovação da instituição mantenedora.

A política tem por finalidade, estabelecer normas para a execução das atividades de seleção, avaliação, aquisição e descarte de material bibliográfico com vistas a disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição; busca atualizar permanentemente o acervo, permitindo o seu crescimento e o equilíbrio nas áreas de atuação da instituição; direcionar o uso racional dos recursos financeiros; determinar critérios para duplicação de títulos; estabelecer prioridades de aquisição de material; estabelecer formas de intercâmbio de publicações; determinar as condições para o descarte do material; determinar ações para a permanente avaliação das coleções.

Nessa direção, converge o pensamento das autoras Dias e Pires (2003, p. 23) que corroboram a definição anterior e acrescentam que o “[...] acervo deve ser desenvolvido com base em um plano preestabelecido que garanta a sua continuidade e adequação necessária, no qual sejam estabelecidas políticas e diretrizes para seleção e aquisição de materiais informacionais.” Dias e Pires (2003, p. 24) apontam ainda, que no “[...] documento diretriz, são definidos os

objetivos a curto e longo prazo, para suas coleções, levando em conta o meio ambiente, a demanda do usuário, as fontes disponíveis, a disponibilidade orçamentária, dentre outros pontos.”

Vergueiro (1989) assinala que a política de desenvolvimento de coleções tem por finalidade, dentre muitos aspectos, a economia dos recursos financeiros destinados à biblioteca, e isto de modo geral é visto com bons olhos pela instituição mantenedora.

No entanto, este autor reforça que os propósitos da política são muito mais abrangentes, serve para deixar clara a filosofia que deve nortear o trabalho do bibliotecário no tocante à coleção, e para tornar público a relação do processo de desenvolvimento de coleções com a instituição e com a comunidade. Tem função pedagógica ao propiciar ao bibliotecário a reflexão sobre as práticas do desenvolvimento das coleções, favorece a sua autoavaliação profissional em especial sobre esta prática e informa à comunidade porque, para que, e para quem o acervo existe.

A política serve ainda para garantir espaço para negociação entre os atores envolvidos no processo e garante além do que já foi posto, a constância das atividades relacionadas ao desenvolvimento das coleções, no caso de mudança ou ausência do profissional responsável pela biblioteca.

Outro aspecto a ser apontado, refere-se à importância da existência de uma política estabelecida para o planejamento das ações da instituição mantenedora, uma vez que a biblioteca figura neste âmbito como um dos setores da administração geral.

Nesse sentido, Vergueiro (1989, p. 15), assevera que o desenvolvimento de coleções “[...] é, acima de tudo, um trabalho de planejamento [...] trata-se de um processo que ao mesmo tempo, afeta e é afetado por muitos fatores externos a ele.”

Como exemplo, pode-se citar o orçamento, que figura com propriedade neste cenário, e não menos interferentes aparecem as novas tecnologias de informação e comunicação e a integração crescente das fontes eletrônicas aos acervos e serviços existentes nas bibliotecas que cada vez mais ampliam as possibilidades de acesso a informação e rompem as fronteiras físicas do espaço local das bibliotecas.

Sobre o assunto, Weitzel (2002, p. 64) corrobora a citação anterior ao afirmar que a “[...] adoção das tecnologias da informação em bibliotecas, certamente revolucionou todos os processos e atividades bibliotecárias, sedimentando a hegemonia desse novo modelo.” Figueiredo (1999) aponta nessa mesma direção ao dissertar sobre os impactos das novas tecnologias sobre a formação de coleções. Para a autora, a “[...] aplicação das novas tecnologias da comunicação nas atividades de informação requereu e/ou motivou mudanças organizacionais, tanto nas estruturas quanto nas funções e operações das bibliotecas/unidades de informação.” (FIGUEIREDO, 1999, p. 159)

Essa estudiosa observa ainda que em razão desse processo de modernização desenvolve-se um repensar da forma de composição das coleções e assevera que nas “[...] coleções do futuro, o acesso substituirá a posse e, repetindo, preocupações com o conteúdo superarão considerações de formato.” (FIGUEIREDO, 1999, p. 61)

Nesse sentido, reforça que as coleções tradicionalmente conhecidas estão sendo redefinidas, e acrescenta que “[...] essas definições continuarão a evoluir enquanto as realidades econômicas e tecnológicas inovadoras afetarem os sistemas de distribuição da informação e organização das bibliotecas.” (FIGUEIREDO, 1999, p. 62-63)

Mas nem sempre as coleções foram pensadas, menos ainda geridas com base nos preceitos até aqui verificados, conforme apontam Weitzel (2002), Vergueiro (1989, 1993) Dias e Pires (2003), o desenvolvimento de coleções sob o modelo que se apresenta na atualidade, é o resultado de um processo evolutivo da área impulsionado pela explosão bibliográfica, aspecto que se julga adequado abordar para que possamos nos localizar no tempo e espaço a fim de obter melhor compreensão.

## 2.2 Evolução do desenvolvimento de coleções

As mudanças na forma de disseminação da informação, cujo marco de transformação pode ser atribuído à Gutenberg com a invenção da tipografia de tipos móveis em meados do século XV, e a subsequente publicação da famosa “Bíblia de Gutenberg” Weitzel (2002, p. 62), resultou no progressivo crescimento de volumes impressos nas mais diferentes áreas do conhecimento.



Contudo, ao longo dos séculos seguintes, esta produção de informações impressas, sobretudo nas áreas de ciência e tecnologia (C&T), no que diz respeito ao seu armazenamento e recuperação, acabou quase por desencadear, um colapso nas bibliotecas, em virtude de seu crescimento exponencial e da visão errônea de que tudo que era produzido poderia ser armazenado. Este movimento evolutivo, cujo ápice ocorre no século XX a partir da 2ª Guerra, hoje denominado de explosão bibliográfica, é representado por Weitzel (2002, p. 63), conforme figura 2.

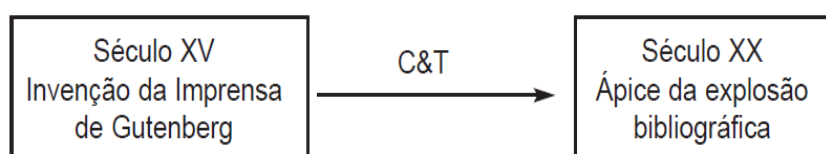


Figura 2 Período de ascensão da produção de documentos em C&T. Weitzel (2002, p. 63)

Preocupados com este quadro, a biblioteconomia e os bibliotecários do mundo inteiro, (e no Brasil demorou um pouco mais) procuraram soluções para o problema das coleções “buscando desenvolve-las, selecioná-las, expurgá-las, enfim, transformá-las em alguma coisa mais coerente.” (VERGUEIRO, 1993, p. 14) naquilo que foi denominado internacionalmente de *Movimento para o desenvolvimento de coleções*.

Segundo Vergueiro (1993, 1989), esta preocupação com o desenvolvimento de coleções em bibliotecas apresenta um incremento nas ultimas décadas quando ficou ainda mais evidente para os bibliotecários e administradores a impossibilidade de acompanhar o ritmo de crescimento, muito em razão de carência de espaço físico para acomodação dos acréscimos e a dificuldade de efetuar tratamento técnico adequado à coleção.

Vale ressaltar em relação ao esgotamento da estrutura física para o armazenamento e dos problemas referentes ao tratamento técnico da coleção que o “[...] planejamento do espaço da biblioteca deve ser feito em função do acervo e do uso que se pretende dele fazer. [...] Tal espaço facilitará o planejamento e o desenvolvimento do programa da biblioteca.” (CALDEIRA, 2003, p. 48).

A compreensão deste estado crítico em que se encontravam as bibliotecas levou a mudanças no comportamento dos bibliotecários sobre o desenvolvimento das coleções ganhando impulso conforme aponta Vergueiro (1993 apud WEITZEL, 2002, p.62), a partir da década de sessenta quando nos Estados Unidos, apesar de grandes investimentos na construção de prédios para acomodação das coleções, perceberam que não seria mais possível a adquirir tudo que era produzido. Cientes deste estado, estudiosos da área, empreenderam discussões acerca de modelos teóricos e procuraram definir relações, associações e hierarquizações dos procedimentos técnicos e decisórios.

A esse respeito, Vergueiro (1989, p. 3-5) aponta as posições favoráveis à hierarquização propostas por Hendrik Edelman, aceitas por John Ryland e corroboradas por Rose Mary Magrill e Dorilyn J. Hickey. Subsequente Vergueiro (1989) apresenta a posição estruturalista de James C. Baughman que pode ser entendido como: “a procura um padrão de relacionamento entre as partes envolvidas nesta atividade bibliotecária [...]” e aponta que “[...] Baughman afirma que o desenvolvimento de coleções é um plano passível de implantação podendo ser representado da seguinte forma: Planejamento + Implantação + Avaliação = Desenvolvimento de coleções.” Também apresenta a posição de G. Edward Evans que enfoca o desenvolvimento de coleções como um processo, salienta com Charles B. Osborn a característica sistêmica do desenvolvimento de coleções e demonstra a linha de pensamento de James A. Cogswell.

Contudo, Vergueiro (1989), não deixa de apresentar oposição aos autores das teorias supracitadas, pelo fato de que as discussões presentes nos artigos publicados, não privilegiavam igualitariamente os diversos tipos de instituições bibliotecárias, seus enfoques se restringiam basicamente às coleções formadas em bibliotecas universitárias e/ou especializadas, deixando de lado bibliotecas públicas e escolares.

Apontadas algumas preocupações de Vergueiro (1989) acerca do desenvolvimento de coleções nos diferentes tipos de UI, ressalta-se que este assunto encontra-se exposto mais adiante, convergindo especificamente para o desenvolvimento de coleções em biblioteca escolar que é o objeto de maior interesse deste estudo, cabendo neste momento direcionarmos nossa atenção à verificação do estado em que se encontra o desenvolvimento de coleções em nosso país.

## 2.3 Desenvolvimento de coleções no Brasil

Quando se indaga sobre o desenvolvimento de coleções no Brasil, Vergueiro (1993) aponta que a resposta não é das mais animadoras e alega que:

Pouco - ou quase nada – pode ser apresentado como um dado realmente inquestionável, passível de ser transformado em regra geral, de que as bibliotecas brasileiras têm sido objeto, digamos assim, de um efetivo esforço em direção ao desenvolvimento de suas coleções. (VERGUEIRO, 1993, p.19)

Este quadro desanimador apresenta-se também bastante claro para Dias e Pires (2003, p.8), quando afirmam que a área do conhecimento que compreende a formação e o desenvolvimento de coleções “[...] ainda não está suficientemente sedimentada no nosso país, pois há restrita produção de literatura e as experiências vivenciadas por serviços de informação não são, em geral, relatadas na literatura nacional [...]”, e apontam que em contrapartida, países avançados como os Estados Unidos, contam com vasta produção bibliográfica.

Outra representação desta lamentável situação é apresentada por Vergueiro (1993, p. 20), ao informar que o índice de desconhecimento sobre o assunto no Brasil é tão evidente que “[...] apenas em 1982 é que se colocaram no currículo dos cursos de graduação em biblioteconomia, entre as chamadas matérias técnicas, a matéria Formação e desenvolvimento de coleções [...]” Contudo, vale ressaltar que esta iniciativa apresentou-se segundo Vergueiro (1993, p. 20), como “um grande avanço no tratamento do assunto”.

Não obstante, Santana (1989) ao dissertar sobre a situação em que se encontram as bibliotecas universitárias do país em razão da desastrosa política nacional de educação afirma que:

[...] só recentemente, e em número reduzido, algumas de nossas bibliotecas passaram a se apoiar numa política de formação e desenvolvimento de coleções; a maioria sequer adquire material informacional visando a oferecer suporte *realmente adequado* aos cursos oferecidos pela instituição, às suas linhas de pesquisa, às suas atividades de extensão; falta-lhes, também, uma Comissão de Seleção, integrada por bibliotecários e por representantes dos corpos docente e discente. (SANTANA, 1989, p. 40).

Prosseguindo a averiguação do estágio em que se encontra o desenvolvimento de coleções no Brasil, apresentam-se oportunamente algumas citações extraídas do artigo intitulado “Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais” publicado por Vergueiro (1993) referente a este tópico.

Segundo Vergueiro (1993, p. 20), “[...] a literatura especializada em língua portuguesa, ao tratar a questão do desenvolvimento de coleções, parece prender-se demasiadamente a uma visão pontual do assunto, não conseguindo enxergá-lo em profundidade.” Isto implica pelo que se depreende desta leitura, que no Brasil, de modo geral, não se consegue perceber o desenvolvimento de coleções como um processo, sequer a interdependência existente entre as diversas atividades envolvidas.

O autor supracitado, por outro lado admite, ou melhor, atribui à professora Nice Menezes de Figueiredo, grande esforço no sentido de contribuir para mudança desta realidade. Vergueiro (1993, p. 20) aponta que a professora “[...] vem analisando sistematicamente a vasta produção internacional sobre o assunto e tentando adaptá-la à realidade brasileira com maior ou menor sucesso, dependendo do caso.”

Com indubitável reconhecimento do valor e da importância do trabalho desenvolvido pela autora supracitada, Vergueiro (1993) segue em frente em sua exposição sobre o quadro em que se encontra o Brasil no que se refere ao desenvolvimento de coleções das suas bibliotecas, e fortalece o seu esforço reconhecendo que:

[...] os trabalhos desta estudiosa, sejam aqueles a tratarem especificamente de desenvolvimento de coleções, sejam aqueles a tratarem de etapas ou atividades desse processo, têm sido indubitavelmente, muito importantes para alertar os bibliotecários sobre a necessidade de o profissional brasileiro deixar de ter uma atitude passiva em frente dessa literatura internacional, em uma postura de mera "deglutição", mas tentar, também, questioná-la e adaptá-la à realidade vivida pelo país. (VERGUEIRO, 1993, p.20).

Com base no exposto por Vergueiro (1993), corrobora-se o que o autor pontua, salientando que Figueiredo (1990), afirma que os bibliotecários brasileiros devem incorporar no trabalho de desenvolvimento de coleções todo o

conhecimento já adquirido em áreas especializadas e que os dados obtidos com estudos realizados no exterior podem servir de parâmetro para ações locais. No entanto, essa autora ressalta que “[...] estudos similares sejam realizados no país, para validar estes dados ou então para estabelecer os padrões nacionais de uso.” (FIGUEIREDO, 1990, p. 39)

Outra situação apontada por Vergueiro (1993) é que na literatura em língua portuguesa, nem sempre os autores buscam adaptar à nossa realidade o que é produzido sobre desenvolvimento de coleções na literatura internacional, apenas aplicam o que absorvem sem uma adequada reflexão a respeito. Além desta realidade, aponta que o:

[...] normal, é encontrar sobre desenvolvimento de coleções, artigos tratando de seleção de acervos em bibliotecas universitárias, de estudos de uso, acessibilidade de documentos, podendo-se até encontrar, eventualmente, a descrição da sistemática de desenvolvimento de uma coleção específica. (VERGUEIRO, 1993, p. 20)

Situação que também nos parece muito aquém daquilo que se julga adequado. Finalizando, Vergueiro (1993), nos parágrafos conclusivos de seu artigo, assim discorre:

Parece correto concluir-se, quando considerada a literatura especializada em desenvolvimento de coleções publicada em língua portuguesa, que a área ainda não se encontra insuficientemente sedimentada no país. A inexistência de trabalhos introdutórios sobre o assunto que possibilitem atingir o público estudantil, e bibliotecários recém-formados, de modo a modificar a visão existente, é quase total, a exceção de um único texto, atualmente adotado em muitas escolas de Biblioteconomia do país. (VERGUEIRO, 1993, p. 20)

Uma vez observado como tem sido tratada a questão das políticas de desenvolvimento de coleções em âmbito nacional, e os indícios apontam uma situação não muito animadora, haja vista o que se apresenta na reduzida literatura que trata do assunto, se buscará da melhor forma tentar identificar a situação dessas políticas em relação às bibliotecas escolares.

## 2.4 Política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares

A educação é fundamental para a integração do indivíduo à sociedade. Essa educação acontece informal e formalmente. A segunda hipótese, de modo geral ocorre em instituições que atendem níveis diversos ensino e depende de certos recursos que são essenciais à sua consecução, é o caso dos materiais que devem compor os acervos das unidades de informação destas instituições. Contudo, para que estes materiais estejam adequados às necessidades demandadas dos processos de ensino, precisam ser selecionados, adquiridos e agrupados segundo certos critérios, que preferencialmente, devem se estabelecidos por políticas para que não ocorram distanciamentos dos propósitos a que se destinam.

As unidades de informação (UI) são organizações consideradas essenciais, com efetiva participação na promoção do desenvolvimento da sociedade. Segundo, Borszcz e Romani (2006, p. 14), estas UI são divididas em três categorias: Núcleos de informação Tecnológica (NIT), Salas de leitura e Bibliotecas.

Bibliotecas apontam estas autoras, em conceito mais tradicional: referem-se “[...] à coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizados para estudo, leitura e consulta [...]” e classificam-se em bibliotecas públicas, especializadas, universitárias e escolares. As bibliotecas escolares segundo os autores Claire Guinchat e Michel Menou:

[...] têm por objetivo servir a alunos, professores e funcionários das escolas primárias e secundárias. Suas coleções servem de suporte ao estudo e ao lazer. Estas bibliotecas são importantes instrumentos de informação e exerce um papel indispensável no aprendizado nas técnicas de informação. *O seu desenvolvimento ainda é precário em alguns países.* (GUINCHAT; MENOU, 1994, p. 336, Grifo nosso).

Em abrangente definição, estes objetivos são apresentados no manifesto preparado pela *International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA* (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições), que foi aprovado pela UNESCO na sua conferência geral de novembro de 1999.

Neste manifesto, a IFLA descreve que as bibliotecas escolares têm como objetivos, dentre outros:

Apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola [...]; oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento; apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação [...]; trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola; [...]. (IFLA, 2002, p. 3-4).

Posteriormente, as diretrizes do manifesto da IFLA, publicadas em 2000 indicam que a “[...] biblioteca escolar habilita os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.” (IFLA, 2005, p. 4).

Contudo, para a obtenção de êxito na aplicação destas diretrizes, entende-se a necessidade de haver vontade política por parte dos gestores dos organismos governamentais no caso das bibliotecas escolares de ensino público, assim como o interesse e a visão estratégica empreendedora dos dirigentes das escolas particulares para a constituição de bibliotecas bem estruturadas. A estes princípios é oportuno salientar a importância do emprego das novas tecnologias e a participação de bibliotecários formados e empenhados no desenvolvimento destas propostas.

No entanto, para que se alcancem estes objetivos, são necessárias medidas de ordem econômica e administrativas, assim como medidas que ordenem o processo de formação e desenvolvimento das coleções para sua adequação à biblioteca levando em consideração os objetivos da instituição, o público usuário e a sua realidade local. Nesse sentido, Abreu (2003) salienta que:

[...] a coleção da biblioteca não é um conjunto de materiais reunidos aleatoriamente e sem nenhum propósito. Para constituir um recurso didático eficiente, o acervo da biblioteca tem que ser formado e desenvolvido com critério, levando-se em conta o projeto pedagógico da escola e o contexto em que esta se insere. (ABREU, 2003, p. 30).

Baseando-se na assertiva de Abreu (2003), parece-nos então, adequado reafirmar, que as políticas de desenvolvimento de coleções criadas para bibliotecas escolares podem contribuir positivamente com o bom desempenho do ensino no país.

Entretanto, estas políticas precisam estar alinhadas com as diretrizes nacionais de ensino, com os programas locais de ensino e currículos dos cursos, oferecendo recursos diversos capazes de atender as necessidades dos seus usuários.

Vale aqui ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são apontados por Campello (2001, p. 71) como “[...] diretrizes para a reestruturação curricular das escolas de ensino fundamental e educação infantil no Brasil” e, portanto, a nosso ver, podem, ou melhor, devem ser empregados na construção de políticas de desenvolvimento de coleções.

Vergueiro (1993) ao tratar sobre questões relativas ao desenvolvimento de coleções das bibliotecas escolares corrobora o que foi ressaltado por Campello (2001), ao afirmar que:

As coleções das bibliotecas escolares devem seguir, na realidade, os direcionamentos do sistema educacional vigente, pautando-se pelos currículos e bibliografias básicas dos cursos. A ênfase do processo de desenvolvimento de coleções estará, portanto, muito mais na seleção de materiais para fins didático-pedagógicos – normalmente alicerçada por uma política de seleção que terá por base o currículo ou programa escolar. (VERGUEIRO, 1993, p.19)

Sobre estes pontos de vista, acrescenta-se que “se levarmos em conta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a biblioteca será um espaço de diversidade textual.” (ABREU, 2003, p.30). Campello (2001) reforça a afirmação de Abreu (2003) apontando o entendimento dos PCN sobre a biblioteca escolar, segundo a autora:

[...] reconhecem que a biblioteca é fundamental para o desenvolvimento de leitura eficiente, que forme leitores competentes e não leitores que leiam apenas esporadicamente. A biblioteca, ao reunir para uso coletivo e de forma orgânica uma diversificada gama de portadores de textos, representa recurso imprescindível para formação de leitores capazes de, além de decifrar o código lingüístico, saber interpretar o que lêem, encontrando significados no texto e desenvolvendo práticas de intertextualidade. (CAMPELLO, 2002, p.17)



Por sua vez, Kuhlthau (2002, apud CAMPELLO, 2004, p.184) fortalece as afirmações anteriores apontando que à “[...] medida que os alunos avançam na escolaridade, é cada vez mais importante que, gradativamente, o programa da biblioteca seja integrado com os conteúdos curriculares.”

Martucci, (1999, p. 82) também concorda com os direcionamentos para o desenvolvimento de coleções apontadas por Campello (2002) alertando que decisões acontecerão “[...] devendo levar em consideração os programas curriculares, os níveis de leitura dos alunos, os interesses e necessidades da comunidade usuária e os recursos disponíveis.” Martucci, (1999, p. 81)

Com base nos argumentos antepostos, depreende-se que de modo geral os autores citados concordam com a necessidade da instituição das políticas de desenvolvimentos de coleções, assim como com os benefícios decorrentes de sua implantação. No entanto, como já era previsto e apontado por Vergueiro (1993) pouco ou quase nada se encontra em termos práticos para sua efetiva aplicação. A preocupação acerca do tema parece existir apenas no meio acadêmico/científico, fora dele, ainda não se desenvolveu uma consciência geral sobre as vantagens do emprego de técnicas para o desenvolvimento de coleções relacionado às bibliotecas escolares, e muito menos sobre esses benefícios relativos à implantação de políticas de desenvolvimento de coleções voltadas a essas unidades de informação sejam elas públicas ou privadas.

Apesar deste ideário comum vislumbrado, fez-se necessário uma abordagem do âmbito governamental para se verificar a existência de dispositivos reguladores (na forma de leis) para as questões relativas às políticas de desenvolvimento de coleções direcionadas para as bibliotecas de instituições de ensino público e privado de educação básica.

#### 2.4.1 Política de desenvolvimento de coleções na esfera governamental

O levantamento realizado nos documentos oficiais das diferentes esferas de governo buscou subsídios que identificassem a ordenação específica para a instituição das políticas de desenvolvimento de coleções para as bibliotecas escolares.

Todavia, não se encontrou textos que tratem do assunto com a especificidade necessária à confirmação do direcionamento às escolas de ensino básico para a constituição e emprego de políticas de desenvolvimento de coleções para suas bibliotecas, e sequer uma política geral que servisse como base para a criação de políticas com a adequação local necessária.

Disponível, o que se encontram, são documentos que não se apresentam aceitáveis para serem efetivados como políticas de formação e desenvolvimento coleções para as bibliotecas das escolas públicas, tampouco, para as bibliotecas de escolas particulares.

Como exemplo desta realidade, apresenta-se a lei nº 12.204 de 24 de maio de 2010 que foi promulgada na esfera federal de governo e dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Em seu parágrafo único, impõe as instituições públicas e privadas de todos os sistemas de ensino à obrigatoriedade da constituição de

[...] um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010)

Na mesma direção, apresenta-se a Resolução/CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2009 que dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNDE). Este programa tem como objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. (BRASIL, 2009).

A incapacidade da atuação governamental para legislar acerca das condutas a serem tomadas referentes às coleções das bibliotecas escolares da esfera pública pode ser verificada pelo texto da lei nº 10.753, de 31 de outubro de 2003 que institui a “Política Nacional do Livro”. No capítulo V das disposições gerais, o artigo 16, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros. Ainda nesta mesma lei no capítulo III, Art. 7º, parágrafo único, define que: “Cabe ao poder executivo implantar

programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille”. (BRASIL, 2003).

Vale observar que nesta lei, nenhuma referência é feita às bibliotecas das escolas particulares, parecendo apenas definir que verbas deverão ser empregas à aquisição de livros para as bibliotecas do ensino público nas esferas municipal, estadual e federal.

A esse respeito, julga-se apropriado ressaltar neste momento, que apesar de tomarmos conhecimento sobre os dispositivos criados na forma de leis para a destinação de recursos à formação de acervos em instituições de ensino pelo país, Figueiredo (1991) é categórica em afirmar:

Problemas de economia e de políticas nacionais estão reduzindo o suporte financeiro de todos os tipos de bibliotecas, criando um clima difícil para a sua manutenção em geral, e pelo mundo todo. As bibliotecas estão, no dizer de alguns autores, “perdendo o jogo” com a redução dos seus orçamentos. (FIGUEIREDO, 1991, p. 31)

Outro exemplo claro de ineficiência governamental acerca das políticas educacionais em relação à composição dos acervos das bibliotecas escolares apresenta-se na esfera estadual pela lei nº 12.773, de 1º de dezembro de 2003, que institui o “Programa Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula”, como atividade multidisciplinar, nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio no Estado de Santa Catarina. Embora pareça-nos válida a atividade proposta, salienta-se que este material deveria, naturalmente, segundo os PCN fazer parte dos itens selecionados para composição dos acervos de bibliotecas escolares na categoria dos periódicos, e, a nosso ver, sua leitura poderia preferencialmente ocorrer na biblioteca como ação de incentivo à leitura e uso deste espaço, não se descartando, contudo, seu uso em sala de aula.

Além do que ora registrou-se, ressalta-se a recorrente ineficiência governamental, ao depararmos com o fato de que somente quatro anos após promulgação da lei que institui o “Programa Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula” foi criada a lei nº 14.076, de 06 de agosto de 2007 autorizando a contratação de empresas para o fornecimento de jornais ou revistas, local ou

regional, para o período correspondente ao calendário escolar anual. (SANTA CATARINA, 2003; 2007).

Dentre os documentos, o que se pode considerar como mais concreto na direção de uma política de desenvolvimento de coleções para as bibliotecas escolares, apresenta-se no decreto nº 7.084 de 27 de janeiro de 2010 do governo federal, que dispõe sobre os programas de material didático. Este decreto define três programas representados pelo: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) que visam prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos, dicionários (coleção de referência) e obras complementares.

Segundo nosso entendimento, segue também nessa direção, a Resolução/CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2009, da qual se extrai do trecho final do parágrafo único, a compreensão de que os sistemas de ensino nele citados ficam autônomos para deliberar sobre os acervos das bibliotecas das escolas de sua esfera de competência, surgindo deste modo, a possibilidade destes sistemas criarem suas próprias políticas de desenvolvimento de coleções apoiados nesta resolução.

Estas iniciativas, sob nossa ótica, suscitam esforços válidos, porém insuficientes na direção desejada, jamais sendo possível ser considerados como políticas de desenvolvimento de coleções, haja vista que os livros são distribuídos diretamente aos alunos das escolas públicas e não às bibliotecas descaracterizando assim qualquer possibilidade destes programas serem considerados políticas de desenvolvimento de coleções para a biblioteca escolar.

Cabe ressaltar e acreditar-se oportuno, que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) executa diretamente os programas, não havendo repasse de recursos para as aquisições de livros, estas, são realizadas de forma centralizada. Depois da compra, os itens são enviados aos estados, e municípios. A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido pelas escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal é feita com base no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), que serve de parâmetro para as ações do FNDE.

Entende-se deste modo, que estes programas apresentam-se inadequados enquanto ações para desenvolvimento das coleções, pelo fato de não serem observadas as características das escolas, o contexto social e sequer contam com a participação de representantes das escolas e da comunidade de usuários, que são os maiores conhecedores da realidade local na qual as bibliotecas estão inseridas.

Conclui-se, portanto, que as propostas governamentais conforme já foi apontado, podem ser consideradas positivas, contudo, o que se depreende a partir das leituras realizadas é que as ações governamentais apresentam-se fragmentadas em leis, pareceres e diretrizes, e que se fluidificam na medida em que se afastam dos órgãos decisores centrais e tornam-se inócuas. Mais que isso, se verificou que estas propostas não correspondem legitimamente a documentos que formulam efetivamente políticas de desenvolvimento coleções para as bibliotecas escolares do país, necessitando que sejam chamados à formulação destas propostas, profissionais com a devida competência e formação na área.

#### 2.4.2 Política de desenvolvimento de coleções no âmbito privado

No que diz respeito às instituições particulares de ensino encontraram-se ínfimas publicações científicas que tratam sobre as políticas de desenvolvimento de coleções.

As publicações verificadas neste âmbito restringem-se basicamente a políticas elaboradas para bibliotecas de escolas, na maioria de ensino superior, destacando-se Martucci (1999) e Silveira (2009), dentre outros relatos. No entanto, também se encontraram políticas para o desenvolvimento de coleções de bibliotecas de escolas de ensino fundamental e médio, contudo, em sua maioria, pertencentes a escolas estrangeiras, valendo-nos como referencia, mas que infelizmente distanciou-se do nosso objetivo, o de buscar conhecer o *status* dessas políticas na esfera particular de ensino em nosso país.

Além destes documentos citados, encontraram-se um artigo que trata a biblioteca como ferramenta de marketing na promoção da instituição mantenedora

para venda dos serviços de ensino, Rodrigues (2004), uma abordagem interessante que se entende valorizar este importante setor da escola.

Ao recorrer à instituição representativa dessas escolas no município, o Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (SINEPE-SC) verificaram-se restrições na página da *web* motivo pelo qual não se obteve acesso informações sobre legislações que regem o funcionamento destas instituições, ficando esta abordagem à *posteriori*, caso se deseje aprofundar esta questão noutro estudo.

Contudo, interessa-nos a esse respeito, indicar que tais restrições levam-nos a suspeitar que as informações almejadas para a identificação do *status* desta parcela da população não estejam amplamente acessíveis, devido ao concurso por espaços no mercado em que atuam.

Nesse sentido, Guinchat e Menou (1994, p.445) corroboram esta suspeita ao afirmarem que se “[...] a unidade de informação é um organismo privado, ela é submetida às leis da concorrência. Algumas pesquisas de informação feitas fora da unidade podem revelar a estratégia comercial da empresa.” No entanto, acredita-se e espera-se na verdade, que as escolas particulares do município de Florianópolis estejam legalmente enquadradas nas regulamentações federais, estaduais e municipais de ensino e alinhadas com as diretrizes propostas por estes órgãos para o exercício de suas atividades, e que os órgãos de competência para o controle e fiscalização, estejam atuantes.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Minayo (1993, p.23), a partir de um prisma filosófico, considera a pesquisa como “[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade [...]”, já segundo Silva e Menezes (2001, p. 19) pesquisar “[...] significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas.”

Partindo-se então destes princípios, e com base no que postulam Silva e Menezes (2001) acerca da classificação das pesquisas, definiu-se que metodologicamente, esta pesquisa por sua natureza, pode ser considerada como aplicada visto que: objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos e envolve verdades e interesses locais. Pela forma de abordagem do problema, assume a característica quantitativa se considerar que parte dos resultados pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as informações para classificá-las e analisá-las, requerendo para tanto o uso de recursos e de técnicas estatísticas. Concomitante, assume a forma qualitativa se considerar que existem informações que merecem uma abordagem pela relevância de seus conteúdos no contexto investigado, o que implica em análises essenciais de conteúdo, cujo princípio: “[...] consiste em demonstrar a estrutura e os elementos desse conteúdo para descrever suas diferentes características e extrair sua significação.” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 214). Já do ponto de vista de seus objetivos segundo Gil (1991, p.45) podemos entendê-la como uma pesquisa exploratória, porque busca “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”. Envolve ainda procedimentos de levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos Gil (1991), pode ser um levantamento: quando a pesquisa envolve a “[...] interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer”. Menezes (2007, p. 30), aponta que “[...] pesquisas deste tipo possibilitam esclarecer o tema fornecendo uma visão mais ampla sobre o mesmo, afim de que o pesquisador possa conhecer detalhes importantes no momento do levantamento dos dados.” Para Martins Junior (2008), este tipo de estudo é realizado “[...] quando o tema escolhido, por ser

novo, ainda não possui suficientes fontes de referência e não apresenta hipóteses consistentes para servir de ponto de partida para a pesquisa”. Este mesmo autor acrescenta que a pesquisa exploratória, serve para acrescer “[...] o conhecimento do pesquisador acerca de um fenômeno que deseja investigar num estudo posterior mais estruturado [...]”

### 3.1 Participantes

A população levantada para esta investigação originou-se em 116 escolas das redes pública e particular de ensino fundamental e médio do município de Florianópolis, regularmente inscritas junto aos respectivos órgãos representativos, quais sejam: Secretaria de Estado da Educação, Secretaria municipal de Educação e Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina – SINEP-SC.

Deste total, 26 são escolas de educação fundamental do ensino público municipal e correspondem a 22,41% da população, 45 escolas representam 38,79% e estão sob a tutela do ensino público estadual, e outras 45 unidades escolares atuam na esfera particular de ensino somando ao total outros (38,79%).

Em razão do tamanho da população, optou-se com base em Barbetta (2006), Gil (1991), Lakatos e Marconi (1996) e Martins Junior (2008), estudar o total da população evitando-se por consequência as possibilidades de distanciamento da realidade, recorrentes nas investigações cujas realidades das populações são obtidas em verificações por amostragens.

Os participantes da população proposta foram delimitados como profissionais que atuam nas bibliotecas, maiores de idade, de ambos os sexos, que apresentaram intenção de participar da pesquisa. Deste modo, apesar da estimativa de inclusão no estudo de aproximadamente 116 participantes, pressupondo-se a existência de no mínimo um profissional responsável em cada unidade pesquisada. Contudo, após os contatos preliminares e os esforços empreendidos para obtenção da amostra estimada, participaram do estudo um total de 29 sujeitos.



### 3.2 Coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados se utilizou o questionário, por ser “[...] um instrumento utilizado para se obter dados de um grupo social por intermédio de questões a ele formuladas. Serve para determinar as características desse grupo em função de algumas variáveis, individuais ou grupais.” (MARTINS JUNIOR, 2008, p. 208). Nos questionários estão formuladas questões abertas, fechadas e mistas com o intuito de explorar a maior diversidade de situações possível, buscando sempre atender aos objetivos propostos no estudo.

Para esta etapa buscou-se junto aos órgãos governamentais, quais sejam, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e Secretaria Municipal da Educação de Florianópolis, permissão para coleta dos dados, que, depois de obtidas, foram solicitadas igualmente a direção de cada unidade de ensino. Já a permissão para a coleta de informações nas escolas particulares foi solicitada permissão do Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina – SINEP/SC, que informou que cada estabelecimento é autônomo para este tipo de procedimento. Deste modo, as permissões foram solicitadas diretamente nos estabelecimentos particulares de ensino.

Após levantamento realizado junto às instituições representativas de ensino do município, foram listadas as escolas formalmente constituídas, e subsequentes, estas escolas foram agrupadas em categorias e subcategorias a fim de promover maior controle acerca de suas características individuais. Essa categorização obedeceu à seguinte ordem:

#### ❖ ESCOLAS PÚBLICAS

- Escolas públicas municipais
  - Ensino fundamental
  - Ensino de jovens e adultos - EJA
- Escolas públicas estaduais
  - Ensino fundamental
  - Ensino médio
  - Ensino fundamental e médio
  - Ensino de jovens e adultos – CEJA

#### ❖ ESCOLAS PARTICULARES

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino fundamental e médio

### 3.3 Execução

Transcorridos os prazos para a anuência das instituições representativas das escolas públicas e particulares, foram aplicados questionários a todas as unidades escolares pertencentes à população levantada. Estes questionários foram encaminhados por correio eletrônico. Os formulários contendo as respostas foram devolvidos tão logo foram respondidos, utilizando-se dos mesmos recursos empregados para o envio. Aponta-se que para os casos de uso do correio tradicional, os questionários estavam acompanhados de envelope selado e endereçado ao pesquisador para postagem de retorno.

No entanto, entendeu-se adequado, conforme aponta Martins Jr. (2008), testar com antecedência o instrumento escolhido para a coleta de dados “[...] quanto à clareza de linguagem e objetividade [...]”, para garantir sua fidedignidade, eficácia e eficiência.

Deste modo, foi realizada uma pesquisa-piloto para testar o instrumento de pesquisa com uma amostra de (0,5%) da população-alvo definida para o estudo, ou seja, sujeitos de duas unidades escolares, não selecionados na população geral do estudo, a fim de verificar falhas ou erros e possibilitar ajustes necessários.

### 3.4 Análise dos dados

A análise dos dados consiste em trabalhar o material coletado buscando tendências, padrões, relações e inferências, pois é o processo pelo qual se dá ordem, estrutura e significado aos dados e serve para confrontar os objetivos da pesquisa com e as características da situação investigada.

Deste modo, se analisou os dados recolhidos quantitativamente por meio de percentagem, média, desvio-padrão; e qualitativamente por meio de técnicas elementares de análise de conteúdo narrativa e descritiva. Utilizou-se ainda matriz de interações para os conteúdos das avaliações dos conteúdos qualitativos e cálculo das frequências e percentagens. Concluída esta etapa, com auxílio dos programas *SPSS*<sup>1</sup> e *Excel*<sup>2</sup> foram produzidos tabelas e gráficos que buscou favorecer a divulgação dos dados quantitativamente analisados.

---

<sup>1</sup> SPSS - Statistical Product and Service Solutions.

<sup>2</sup> EXCEL - Microsoft Office Excel 2007

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram analisados a partir do recolhimento dos dados de 29 sujeitos que representam (25%) da população alvo, da cidade de Florianópolis, acessível para o desenvolvimento da pesquisa, destacando-se que a menor participação ocorreu entre sujeitos oriundos de escolas particulares, 2 sujeitos, sendo que duas escolas informaram que não participariam da pesquisa por não permitir acesso externo a seus dados de funcionamento interno (restrição que fortaleceu as suspeitas anteriormente postas), e as demais convidadas não se manifestaram. Salienta-se que as escolas estaduais apresentaram a maior frequência na participação, e uma escola, apesar da permissão institucional, não teve interesse em participar do estudo, as demais 31 unidades que correspondem a (68,8%) deste grupo particular, não se manifestaram. Deste modo, de acordo com a Tabela 1, pode-se constatar que a maioria das escolas participantes está vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SED), seguidas das escolas da esfera municipal (SME), com índice de participações equiparado e, menos de (10%) de participações correspondem às escolas particulares, conforme descreve a tabela 1.

Tabela 1 - Tipo de vinculação administrativa da instituição, Florianópolis, 2012.

	Frequência	%
Secretaria de Estado de Educação	14	48,3
Secretaria Municipal de Educação	13	44,8
Particulares	2	6,9
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

No que se refere à formação profissional dos indivíduos que atuam nas bibliotecas das escolas investigadas, constatou-se que mais da metade possui formação na área de biblioteconomia. No entanto, verificou-se alto percentual de profissionais não oriundos desta área, principalmente professores, realizando esta atividade, pouco mais que um quarto do total dos sujeitos estudados.

Deste montante de indivíduos responsáveis pelas bibliotecas, foi apurado que as escolas municipais possuem maior quantidade de bibliotecários, enquanto

que as escolas estaduais possuem a maior quantidade de profissionais não oriundos das ciências da informação, contudo, deve-se destacar que um profissional deste segmento escolar, neste caso, bibliotecário por formação, indicou possuir especialização na área da Ciência da Informação. Já nas escolas particulares, obtiveram-se valores idênticos tanto para bibliotecários quanto para funcionários administrativos, salientando-se que este último universo de pesquisa foi menor, no entanto, proporcional no número de participantes bibliotecários em relação a profissionais de outras áreas na disponibilidade para responder o questionário, (Tabela 2).

Tabela 2 - Formação profissional do responsável pela biblioteca, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SDE		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Bibliotecário	16	55,2	13	44,8	2	6,9	1	3,4
Professor	8	27,6	-	-	8	27,6	-	-
Funcionário administrativo	3	10,3	-	-	2	6,9	1	3,4
Monitor	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Ass. técnico pedagógico	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

A compreensão da importância destes dados está atrelada a lei número 12.244 de 26 de maio de 2010 (BRASIL, 2010), a qual dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares do Brasil, e sobre a contratação de no mínimo um bibliotecário por biblioteca até o ano de 2020, e deste modo, (44,8%) das entrevistadas, pertencentes às instâncias Estadual e Particular de ensino, terão a obrigatoriedade de se adequar até a data limite.

Relativamente à qualificação profissional, tendo em vista o fato de termos ressaltado a formação complementar apontada por um dos respondentes, destaca-se que profissionais oriundos das ciências da informação devem procurar enxergar além do óbvio e qualificar-se para exercer determinada atividade, pois esta é justamente a finalidade dos cursos de formação complementar. Desta forma, os profissionais inseridos nestes postos de trabalho terão maiores condições de observar como o mercado se comporta e propor políticas que poderão ser adotadas para as unidades de informação sob sua responsabilidade.

Deve-se atentar que uma constante nas bibliotecas escolares deveria ser a existência de política de desenvolvimento de coleções. Neste sentido, aponta-se que a gestão destas políticas requer controle apurado, com um investimento baixo, porém, não nulo de recursos, e, sobretudo sob a atuação profissional adequado, neste caso, o profissional bibliotecário, conforme sugere a lei número 4.084 de 30 de junho de 1962 (BRASIL, 2010).

Mediante a inquietação, de haver ou não políticas institucionais para a formação e desenvolvimento das coleções das bibliotecas resolveram perguntar ao universo pesquisado sobre sua existência. Os dados obtidos apontam que a maioria das escolas investigadas não possui esta ferramenta de gestão, correspondendo assim ao que é indicado na literatura. Por outro lado, apenas pouco mais de um terço possui tal política, como pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3 - Existência de política de desenvolvimento de coleções, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não apresenta políticas de desenvolvimento de coleções	17	58,6	10	35,5	5	17,2	2	6,9
Apresenta políticas de desenvolvimento de coleções	9	31	2	6,9	7	24,1	-	-
Não respondido	3	10,3	1	3,4	2	6,9	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

Para que este processo seja válido e constante nas instituições torna-se necessário a existência de um documento de formalização das políticas de desenvolvimento de coleções, documento este que consiste em diretrizes e normas que norteiam e instrumentalizam direta ou indiretamente as atividades de gestão da biblioteca, quer sob um caráter administrativo - no caso de definição do uso dos recursos financeiros e materiais, na gestão do espaço físico e nas atividades relativas à composição geral dos acervos, ou naquelas atividades de caráter político que se referem às negociações, por exemplo, com a direção das escolas às quais estão subordinadas, com entidades superiores, assim como com os usuários do sistema. (LIMA e FIGUEIREDO, 1984; VERGUEIRO, 1989; DIAS e PIRES, 2003).

Considerando a existência de um documento de formalização da política de formação e de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas pesquisadas, (tabela 4), pôde-se constatar que a maior parte das escolas pesquisadas não possui tal documento, e mais de um terço dos respondentes, representados em quantidades equiparadas entre escolas municipais e estaduais, afirmam que existe um documento contemplando tais políticas, salienta-se, todavia, que as escolas particulares respondem apenas negativamente à existência do citado documento.

Tabela 4 - Existência de documento de formalização da política de desenvolvimento de coleções, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não apresenta documento	19	65,5	8	27,6	9	31	2	6,9
Apresenta documento	9	31	5	17,2	4	13,8	-	-
Não respondido	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

Existindo ou não um documento contendo as políticas que definem a sequência das atividades que o compõe, cada atividade espontaneamente obedece a uma ordem para a composição do acervo. Embora a atividade de seleção preceda as demais atividades relacionadas à formação e desenvolvimento de coleções, não se identifica sua primazia, pelo contrário, está estreitamente ligada a elas. Naturalmente a seleção e a aquisição aparecem no início da cadeia documental e possibilitam a criação e manutenção do conjunto de documentos necessários ao atendimento das demandas dos usuários. Enquanto a seleção pode ser considerada uma operação intelectual delicada, uma vez que envolve interesses diversos e consequentemente pressões multidirecionais, está abraçada à aquisição que é uma tarefa da administração, mas que, no entanto, deve ser executada com critério e método. Ou seja, na seleção os materiais são almejados e escolhidos, subsequentes o setor de aquisição materializa estes desejos.

Conforme exposto anteriormente, a atividade de seleção é uma atividade delicada, visto que, não raramente o poder de decisão está nas mãos do bibliotecário, e deste modo, este profissional precisa atuar com o bom senso e

uso do seu melhor conhecimento, pois caberá a ele o uso de recursos que na maioria das vezes é escasso.

Nesse sentido, obteve-se como resultado sobre os responsáveis pela atividade de seleção dos materiais de informação para as bibliotecas pesquisadas, que em sua maioria são bibliotecários, seguidos com certa diferença por professores e outros responsáveis, provenientes do trabalho conjunto entre bibliotecários, professores, coordenação pedagógica, direção escolar e secretaria de governo.

Tabela 5 - Responsável pela seleção de materiais de informação, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Bibliotecário	11	37,9	6	20,7	4	13,8	1	3,4
Professor	3	10,3	-	-	2	6,9	1	3,4
Bibliotecário / Professor / Coord. Pedagógica / Direção Escolar / Sec. Governo	3	10,3	3	10,3	-	-	-	-
Bibliotecário / Professor / Funcionário / Coord. Pedagógica / Direção Escolar	2	6,9	1	3,4	1	3,4	-	-
Bibliotecário / Professor	2	6,9	2	6,9	-	-	-	-
Direção Escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Secretaria de Governo	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Coord. Pedagógica / Direção Escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Professor / Coord. Pedagógica / Direção Escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Coord. Pedagógica / Sec. Governo	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Professor/ Sec. Governo	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Não respondido	2	6,9	1	3,4	1	3,4	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

Os resultados obtidos referentes a atividade de avaliação dos materiais de informação apontam que a maior parte da responsabilidade é assumida exclusivamente por bibliotecários e que pequena parte é assumida por diversos outros profissionais (tabela 6). No entanto, vale ressaltar que o apoio pedagógico no momento da avaliação apresenta-se de extrema importância, haja vista que



sua atuação parceira, disponibilizando seus conhecimentos específicos, pode contribuir para maior assertividade na adequação dos materiais que se deseja adquirir, às necessidades dos usuários, ao plano político pedagógico e aos objetivos da instituição.

Tabela 6 - Responsável pela avaliação dos materiais de informação, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Bibliotecário	11	37,9	6	20,7	4	13,8	1	3,4
Professor	3	10,3	-	-	2	6,9	1	3,4
Bibliotecário / Professor / Coord. Pedagógica / Direção Escolar / Sec. Governo	3	10,3	3	10,3	-	-	-	-
Bibliotecário / Professor / Funcionário / Coord. Pedagógica / Direção Escolar	2	6,9	1	3,4	1	3,4	-	-
Bibliotecário / Professor	2	6,9	2	6,9	-	-	-	-
Direção Escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Secretaria de Governo	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Coord. Pedagógica / Direção Escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Professor / Coord. Pedagógica / Direção Escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Coord. Pedagógica / Sec. Governo	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Professor/ Sec. Governo	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Não respondido	2	6,9	1	3,4	1	3,4	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

A aquisição de materiais de informação, figura como uma etapa eminentemente administrativa dentro do processo de desenvolvimento de coleções tendo-se em vista que esta é a única etapa que não tem ligação com a comunidade de usuários, apenas com o *staff* da biblioteca, com a administração e com o setor pedagógico.

Contudo, apesar dessa característica particular, acredita-se poder considerar a aquisição como uma extensão atividade de seleção devido à proximidade existente entre elas.

É com base nesta afirmativa que se retoma o entendimento da interdependência das etapas, segundo o qual, cada uma representa um elo do encadeado processo de desenvolvimento de coleções e contribui com a subsequente num movimento contínuo.

A aquisição é uma etapa que pode ser realizada de forma gratuita ou paga. Esta etapa normalmente é operacionalizada pela compra, permuta e doação e ocorre adotando-se uma, outra ou mais que uma das possibilidades sugeridas segundo as condições financeiras, a filosofia da instituição respeitando a natureza dos serviços oferecidos e as necessidades do público alvo.

Contudo, deve-se atentar ao fato de que as aquisições também devem ser realizadas em consonância com os objetivos e prioridades da instituição e alinhadas com a especialização da unidade de informação.

Cabe salientar que o setor responsável por esta atividade deve contar com profissional qualificado, orientado por uma atuação ética. Esse profissional precisa ter conhecimentos específicos da função, deve acompanhar e conhecer o mercado editorial, manter boas relações com representantes, especialistas, grupos informais (conhecidos como “colégios invisíveis”) e ter a seu alcance fontes alternativas de fornecedores com vistas à redução dos custos de aquisição.

Em relação à atuação ética do profissional responsável pela aquisição, Vergueiro (1996) assinala que em outros países se destaca a preocupação dos bibliotecários com a conduta dos seus pares em relação às suas práticas ao realizarem as atividades de aquisição. Mas ao se referir aos profissionais brasileiros, sua impressão não é das melhores. Vergueiro (1996, p. 87) aponta que no “[...] Brasil, o assunto parece estar longe das mentes dos profissionais que, em sua maioria, estão ainda um tanto desatentos quanto as repercussões que uma postura ética inadequada pode ter em relação à imagem da profissão perante a sociedade.”

Concorda-se com as preocupações mencionadas por Vergueiro tendo-se em vista as pressões impostas a este profissional para a execução de sua atividade. Dentre elas, sobretudo, aquelas exercidas nas operações de compra, quando o bibliotecário responsável pode sofrer assédio de fornecedores e tornar-se vulnerável a atos de corrupção.

Tendo em vista a possibilidade da ocorrência de fatos como os que apontamos, Vergueiro (1996, p. 88) assevera: "Os profissionais da informação devem vigiar-se atentamente quando da tomada de decisões sobre aquisição, guiando-se por critérios objetivos [...], de modo que não venha ocorrer um favorecimento desse ou daquele fornecedor."

Com base nos preceitos que regem esta atividade buscou-se então verificar as formas adotadas para aquisição de materiais nas bibliotecas pesquisadas. As modalidades de compra e doação como forma de aquisição de materiais de informação apresentou elevado índice de resposta, com cerca de (70%) de ocorrências, ficando muito mais referida que todas as outras formas apresentadas.

Tabela 7 - Forma de aquisição de materiais de informação, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Compra / doação	19	65,5	12	41,4	6	20,7	1	3,4
Compra	2	6,9	1	3,4	-	-	1	3,4
Doação	1	3,4	-	-	1	3,4	-	3,4
Compra / doação / FNDE/ SED	1	3,4	-	3,4	1	3,4	-	3,4
MEC / SED	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Verba escola / verba APP	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Verba escola / verba de órgãos superiores	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Verba biblioteca / verba escola / verba de órgãos superiores	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Verba APP / verba de órgãos superiores	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
PPDE / FNDE	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

Legenda: FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola; SED, Secretaria de Estado da Educação; MEC, Ministério da Educação e Cultura; APP, Associação de Pais e Professores; PPDE Plano plurianual de desenvolvimento da educação.

A averiguação da atividade de aquisição dos materiais de informação demonstrou que os bibliotecários aparecem como os maiores responsáveis, no entanto, devido à característica administrativa do processo, a direção escolar, professores e secretaria de governo figuram como, subsequentes, maiores responsáveis por essa atividade.

Tabela 8 - Responsável pela aquisição dos materiais de informação, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Bibliotecário	7	24,1	4	13,8	2	6,9	1	3,4
Professor	3	10,3	-	-	3	10,3	-	-
Dir. Escolar	3	10,3	1	3,4	2	6,9	-	-
Sec. Governo	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Bibliotecário/ Direção Escolar.	2	6,9	2	6,9	-	-	-	-
Bibliotecário/ Direção e Sec. Governo	2	6,9	2	6,9	-	-	-	-
Coord. Pedagógica/ Direção Escolar	2	6,9	-	-	1	3,4	1	3,4
Coord. Pedagógica/ Direção Escolar/ Sec. Governo	2	6,9	1	3,4	1	3,4	-	3,4
Bibliotecário/ Professor/ Coord. Pedagógica/ Direção Escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Bibliotecário/ Sec. Governo	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
Bibliotecário/ Coord. Pedagógica/ Direção Escolar/ Sec. Governo	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
Coord. Pedagógica/ Direção Escolar/ APP	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Coord. Pedagógica/ Sec. Governo	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Não respondido	1	3,4	1	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

Legenda: APP, Associação de Pais e Professores.

A atividade de descarte, assim como as demais atividades referentes ao desenvolvimento de coleções, envolve com relativa frequência mais que um agente da comunidade escolar, isto porque, direta ou indiretamente todos estão ligados ao processo de ensino, e consequentemente ligados ao acervo existente na biblioteca constituído para amparar as atividades curriculares. Contudo,

invariavelmente, algum material do qual se necessite esteja desatualizado ou em más condições para o uso, assim, deverá ser descartado ou restaurado, é neste momento que se percebe a divisão da responsabilidade de tal ação, podendo levar a considerações divergentes. Se por um lado pode-se entender como coparticipação no processo, por outro preocupa-nos ocorrer a falta de autonomia, fica aí uma incógnita para averiguações oportunas.

Como resultado para o levantamento feito, sobre a responsabilidade pela atividade de descarte, novamente se destaca o profissional bibliotecário, predominando no âmbito da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria Municipal de Educação com mais de um terço destes profissionais. Já nas escolas Particulares prevaleceu o profissional bibliotecário, coordenação pedagógica e funcionário administrativo da instituição. De maneira geral, os resultados apontam esta responsabilidade seguida por professores, direção escolar e secretaria de governo, conforme apontado na tabela 9.

Tabela 9 - Responsável pelo descarte dos materiais de informação, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Bibliotecário	14	48,3	10	34,5	3	10,3	1	3,4
Professor	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Direção escolar	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Sec. Governo	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Coord. pedagógica	1	3,4	-	-	1	6,9	-	-
Bibliotecário/ professor	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Bibliotecário/ professor / coord. pedagógica / direção escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Bibliotecário / direção escolar	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
Bibliotecário / funcionário	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
Coord. pedagógica / direção escolar	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Coord. pedagógica / funcionário	1	3,4	-	-	-	-	1	3,4
Não respondido	2	6,9	1	3,4	1	-	-	3,4
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

A investigação sobre a origem dos recursos para a composição do acervo das bibliotecas estudadas aponta conforme indicado na tabela 10, que a verba disponibilizada é predominantemente oriunda de órgãos superiores, seguida da conjugação de verba das APPs, com verbas dos órgãos superiores; da verba propriamente da escola com verbas de órgãos superiores e da verba totalmente oriunda da escola, destacando-se que os recursos provenientes das bibliotecas figuram em composições que não chegam a (5%) dos casos.

Este quadro apresentado retrata a centralização e controle dos recursos financeiros nos caixas dos órgãos superiores, cita-se regionalmente a Secretaria Municipal de Educação - SME, a Secretaria de Estado da Educação - SED e em nível nacional o Ministério da Educação e Cultura – MEC. Vale destacar que a centralização destes recursos, que se destinam a suprir as diversas necessidades das escolas públicas para a composição dos acervos de suas bibliotecas, dentre as quais, salienta-se a necessidade de atualização e do desenvolvimento das coleções, conforme já foi precedentemente apontado, impele obstáculos à completeza do objetivo primário.

Deste modo, as unidades escolares não dispõem de maneira imediata de verbas para compor ou atualizar suas coleções, ou para atender uma necessidade emergencial com a efetividade e agilidade necessária, dependendo de repasses que nem sempre atendem as aspirações e às vezes sequer chegam a acontecer.

Ressalta-se que o processo de repasse destes recursos está atrelado ao sistema de controle burocrático exigentes das escolas, projetos de investimentos das verbas, relatórios, editais, formulários, dentre outros a fim de sua liberação.

Nesse sentido, aponta-se que o empenho por parte dos gestores da educação pública, nas diversas instâncias e esferas de governo, é fundamental para cobrar a aplicação dos recursos definidos pelas políticas públicas e garantidos por leis para os programas de incentivo ao desenvolvimento da cultura e educação.

Tabela 10 - Origem dos recursos para aquisição dos materiais de informação, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Verba de órgãos superiores	6	20,7	-	-	-	-	-	-
Verba da APP / verba de órgãos superiores	5	17,2	4	13,8	1	3,4	-	-
Verba da escola / verba de órgãos superiores	4	13,8	3	10,3	1	3,4	-	-
Verba da escola	3	10,3	1	3,4	-	3,4	2	-
Verba da APP / verba de órgãos superiores	2	6,9	2	6,9	-	3,4	-	-
Verba da escola/ verba da APP	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Verba da escola / verba da APP / verba do PDE	1	3,4	1	-	-	-	-	-
Verba da biblioteca / verba da escola / verba de órgãos superiores / verba da APP / verba do PDE	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
Verba da biblioteca / verba da escola / verba de órgãos superiores	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
Verba do PDDE / verba do FNDE	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Verba da escola/ verba da biblioteca/ verba de órgãos superiores/ verba do MEC/ verba do FNDE	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Verba da escola / verba da APP / verba de órgãos superiores	1	3,4	-	-	1	-	-	-
Verba do governo	1	3,4	-	-	1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

Legenda: PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola. APP – Associação de Pais e Professores.

Na insuficiência de verbas para as necessidades cotidianas das escolas, tais como para reparos nas instalações físicas, para obtenção de suprimentos de informática, materiais diversos, assim como verba para uma possível recomposição dos acervos das bibliotecas, e aqui particularmente referimo-nos às bibliotecas de escolas públicas, visto que nas instituições particulares não foram citadas como sendo de procedência, o uso das verbas provenientes das associações de pais e professores (APPs) que são normalmente oriundas de

iniciativas como feiras, bingos, rifas e doações da comunidade local, surgem em pelo menos quatro ocorrências, sempre compondo com outras fontes.

No entanto, essas verbas são normalmente compostas de pequenos aportes que pouca contribuição oferece para a melhora da qualidade destes acervos e dessas unidades de informação.

A modalidade de obtenção de verba para a composição dos acervos das bibliotecas que se apresentou com maior índice percentual, foi a verba oriunda dos órgãos superiores, indicada pelos respondentes sob os títulos de verba do FNDE; verba do PDDE; verba do MEC; verba do Governo e verba do PDE. Estas verbas figuram como incentivos do governo federal para estimular o desenvolvimento do ensino e busca em alguns casos, dar agilidade e autonomia às escolas para a realização de seus projetos educativos.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995 para assistir financeiramente, de modo complementar, as escolas públicas da educação básica das redes estadual e municipal. Este programa objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Dividindo-se em vários subprogramas atua em vários focos de ação. Em 2010, o orçamento do PDDE foi de R\$ 1,4 bilhão de reais, destinados ao PDDE Manutenção, PDDE Escolas de fim de semana, PDDE Educação integral, e, ao PDDE – PDE Escola. O orçamento previsto para 2011 foi de R\$ 1,5 bilhão. (BRASIL, 2012).

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) foi aprovado pelo governo e pelo Ministério da Educação em abril de 2007, com o objetivo de melhorar a Educação no País, em todas as suas etapas, em um prazo de quinze anos. A prioridade do PDE é a educação básica, que vai do ensino infantil ao médio. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem cuja prioridade de atendimento para assistência técnica e financeira é direcionado às escolas públicas municipais e estaduais com baixos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estes índices são identificados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2005 e apresentam-se entre os patamares de 2,7 para anos iniciais até 2,8 para anos finais; escolas públicas municipais e estaduais, consideradas prioritárias com base no IDEB de 2007: de até 3,0 para anos iniciais e até 2,8



para anos finais; escolas públicas municipais e estaduais não prioritárias, porém com IDEB de 2007 abaixo da média nacional: abaixo de 4,2 para anos iniciais e abaixo de 3,8 para anos finais.

Contudo, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) condiciona o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação e Cultura à assinatura, pelos estados, Distrito Federal e municípios, do plano de metas de “Compromisso Todos pela Educação”. Depois da adesão ao Compromisso, os entes federativos devem elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR). Salienta-se que, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), todos os 5.563 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal - DF aderiram ao Compromisso.

O PAR é o planejamento da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos com a participação de gestores, de professores e da comunidade local, coordenados pela secretaria municipal/estadual de educação. (BRASIL, 2012).

Com base nas informações obtidas dos respondentes acerca da origem das verbas para composição dos acervos das bibliotecas pesquisadas, verificaram-se discrepâncias e equilíbrios que foram evidenciados no estudo e que podem ser observados com maior clareza no Gráfico 1.

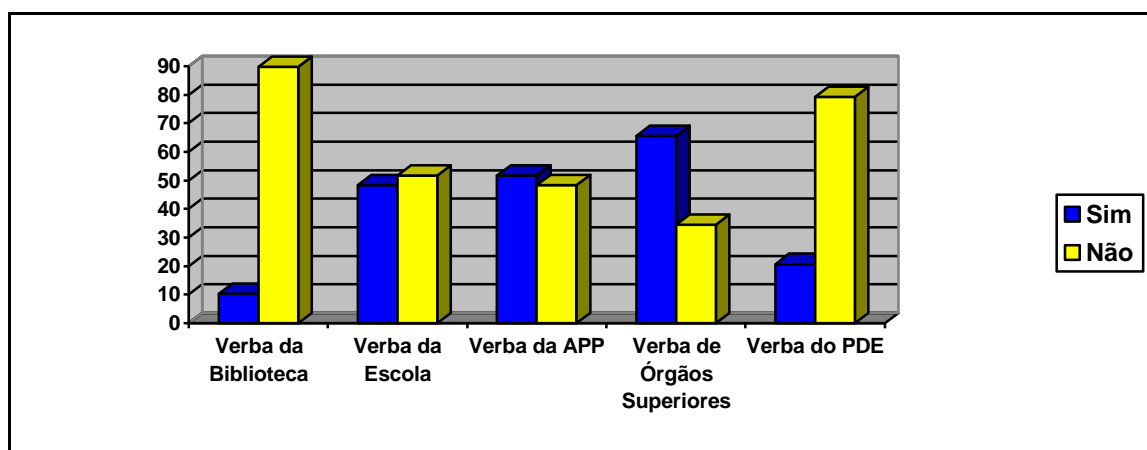


Gráfico 1 - Origem dos recursos para composição do acervo das bibliotecas.

Os critérios para a seleção de materiais de informação nas bibliotecas pesquisadas foram divididos em critérios humanos e técnicos para propiciar melhor interpretação dos dados obtidos. Os critérios humanos apresentaram como resultados altos índices no tange as necessidades dos usuários e apoio as

atividades de ensino, privilegiando a solicitação dos professores, seguido pelo critério de adequação ao PPP e pela solicitação dos alunos, como pode ser verificado no Gráfico 2.

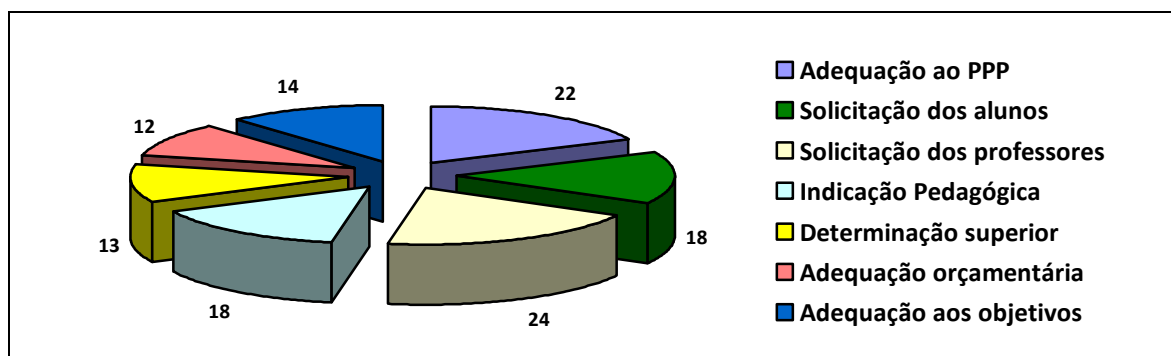


Gráfico 2 - Frequência dos critérios humanos e administrativos para seleção de materiais.

Estes parâmetros foram escolhidos com o intuito de identificar as prioridades de atendimento das necessidades indicadas pelos diversos grupos que formam o conjunto de interesse. Neste conjunto buscou-se reconhecer o atendimento da necessidade relacionado com o nível de competência e a representatividade daqueles que indicaram determinado material para aquisição, assim como de indicadores que revelassem características administrativas prioritárias.

Analisando os resultados com base nos critérios técnicos empregados, constatou-se que: (31%) dos respondentes realizam a escolha levando em conta principalmente o tipo de material; (37,9%) levam em conta a língua e idioma; (48,3%) utilizam como critério a atualidade dos materiais; (31,0%) optam pela qualidade gráfica como principal critério na escolha dos materiais; (62,1%) definem seus acervos principalmente pela qualidade pedagógica; a imparcialidade empregada para o justo equilíbrio entre as posições sobre determinado assunto figurou com (27,6%), outros (24,1%) dos respondentes empregam como critério autor/editor nas seleções realizadas; os critérios capa/fonte/papel, e o critério segurança aparecem com (20,7%) dos resultados obtidos; a data de publicação por sua vez figura com (24,1%) e o critério duplicação de materiais aparece com um índice de (17,2%). Estes dados podem ser visualizados no Gráfico 3 que apresenta as frequências relacionadas a estes percentuais.

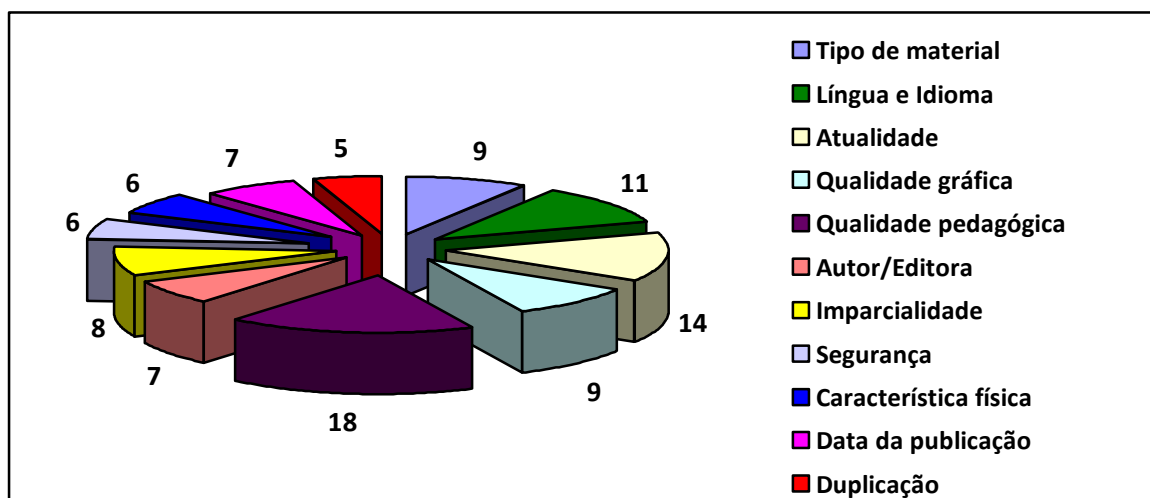


Gráfico 3 - Frequência dos critérios técnicos para seleção de materiais de informação para as bibliotecas.

Os critérios técnicos empregados na seleção de materiais de informação apresentam-se necessários para, em princípio, guiar o bibliotecário ou a comissão de seleção, se for o caso, no que tange a coerência da constituição do acervo. Servem para controlar o conteúdo e aspectos adicionais dos documentos.

Em relação ao conteúdo, salientam-se questões como a autoridade, que define a qualidade do documento a partir da reputação do autor; a precisão busca evidenciar se a informação contida no documento é exata, rigorosa e correta; o critério de imparcialidade que denota preocupação com questões como favoritismos e preconceitos na escolha dos documentos, e; a atualidade revela a atenção destinada no processo de seleção para o acompanhamento das transformações ocasionadas pela rapidez com que os assuntos necessitam atualização tendo em vista a velocidade das mudanças sociais e consequentemente na produção de documentos.

A observação destes critérios por sua vez, orienta o bibliotecário e a instituição na tomada de decisão quanto à cobertura temática, (Tabela 11), que segundo a natureza da unidade de informação deverá optar segundo o caso, ou pela profundidade ou pela extensão na abordagem dos assuntos.

Em relação à cobertura temática, obteve-se que a opção pela profundidade dos assuntos para composição dos acervos apresentou-se com maior índice percentual, sobrepondo-se à extensão que figura como segunda opção mais

frequente da referida cobertura. O critério de profundidade dos assuntos acredita-se oportuno salientar, atenta à verificação do conteúdo dos documentos para certificar se os mesmos entram suficientemente num determinado assunto ou se a abordagem é apenas superficial, se todos os aspectos importantes foram cobertos ou se ficaram de fora abordagens indispensáveis (VERGUEIRO, 1997, p. 24-25). Já o critério de extensão privilegia uma gama maior de assuntos sem, contudo, explorar a riqueza temática em sua essência.

Ainda sobre os dados obtidos, destaca-se, que dos três sujeitos que escolheram a opção outro como resposta à indagação feita, um informou que a unidade na atua, não segue especificamente nem o critério de extensão nem o de profundidade; um respondente informa que o critério adotado é o da necessidade e uma resposta indica que não há critério determinado para a tomada de decisão, restando-nos entender que a escolha seja feita aleatoriamente.

Tabela 11 - Critérios referentes à cobertura temática para seleção dos materiais de informação, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Profundidade	15	51,7	6	20,7	8	27,6	1	3,4
Extensão	5	17,2	1	3,4	4	13,8	-	-
Outros	3	10,3	1	3,4	1	3,4	1	3,4
Não respondido	6	20,7	5	17,2	1	3,4	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

A participação do responsável pela biblioteca na formulação do PPP da escola é reconhecida como importante para reconhecimento das metas a serem cumpridas, mas também pela possibilidade de considerável contribuição para o alcance dos objetivos definidos pelo colegiado. Nesse sentido, os resultados apontam relativo envolvimento dos responsáveis pelas bibliotecas na participação deste processo, com quase metade dos sujeitos respondendo que sempre participam, salientando que destes respondentes, a maior frequência ocorre no âmbito estadual de ensino, pelo fato desses responsáveis pelas bibliotecas em sua maioria serem profissionais da educação. Contudo, salienta-se o elevado percentual somado por aqueles que raramente e que nunca participam da referida formulação, alcançando quase um quarto dos indivíduos. (Tabela 12)

Tabela 12 - Participação na formulação do PPP, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sempre	13	44,8	5	17,2	8	27,6	-	-
Quase sempre	6	20,7	3	10,3	2	6,9	1	3,4
Raramente	4	13,8	2	6,9	1	3,4	1	3,4
Nunca	3	10,3	1	3,4	2	6,9	-	-
Não respondido	3	10,3	2	6,9	1	3,4	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

O usuário é um elemento fundamental de todos os sistemas de informação, pois a única justificativa das atividades desses sistemas é a transferência de informações entre dois ou mais interlocutores distantes no espaço e no tempo (GUINCHAT; MENOU, 1994, p. 481). Estudar seu comportamento informacional ajuda na definição de estratégias para melhor atender as suas necessidades.

A realização de estudos de usuários é considerada necessária ao refinamento das práticas voltadas aos clientes da unidade de informação (UI). É uma técnica na qual são realizadas coletas e análises de dados com o intuito de perceber as necessidades e as deficiências do mercado. (DIAS; PIRES, 2003, p.35) Estas coletas são normalmente feitas por questionários e entrevistas de acordo com planos estruturados, pela observação com base na realidade objetiva e por vezes os métodos são empregados conjuntamente. (GUINCHAT; MENOU, 1994; DIAS; PIRES, 2003; VERGUEIRO, 1989).

Contudo, os resultados obtidos quanto a esta conduta, apontam que a maior parte dos profissionais responsáveis pelas bibliotecas pesquisadas não realiza tais estudos, como pode ser verificado na (Tabela 13) apresentada na sequência.

Tabela 13 - Realização de estudos de usuários, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não é realizado	10	34,5	6	20,7	4	13,8	-	-
Anual	8	27,6	3	10,3	5	17,2	-	-
Bienal	3	10,3	2	6,9	1	3,4	-	-
Quinquenal	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Decenal	2	6,9	-	-	1	3,4	1	3,4
Outros	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Não respondido	3	10,3	2	6,9	-	-	1	3,4
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

A realização de estudos de usuários tem relação direta com a avaliação das coleções porque ambos os mecanismos se voltam um para o outro, ao estudar os usuários tem-se como objetivo identificar as suas necessidades informacionais, com o intuito de melhor atendê-las, e por outro lado, na avaliação das coleções averigua-se se a mesma está alinhada com essas necessidades e ao mesmo tempo com os objetivos da instituição mantenedora. Esses estudos são vistos sob o mesmo olhar por Figueiredo (1994, p. 7) que afirma serem “[...] investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação [...] estão sendo satisfeitas de maneira adequada.” Além disso, esta autora caracteriza estes estudos, como “[...] canais de comunicação que se abrem entre a biblioteca e a comunidade a qual ela serve.”

A avaliação das coleções costuma acontecer segundo certa temporalidade, conforme demonstra a tabela 14. Essas avaliações podem ser definidas em comum acordo entre os gestores da instituição mantenedora e da unidade de informação, por uma das partes citadas ou em condições ideais, estabelecida num documento no qual constem as políticas de desenvolvimento de coleções. No tange à prática de avaliação das coleções, o que se obteve como resultados estão apresentados na Tabela 14, conforme os dados comprovam, o maior percentual refere-se àqueles que realizam anualmente tais avaliações, seguidos daqueles que não as realizam, estando nestes resultados claro o equilíbrio entre

as instituições das redes estadual e municipal de ensino, mas com dados inversamente proporcionais.

Tabela 14 - Realização de avaliação das coleções, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Anual	8	27,6	4	13,8	3	10,3	1	3,4
Não é realizado	7	24,1	3	10,3	4	13,8	-	-
Bienal	2	6,9	2	6,9	-	-	-	-
Decenal	1	3,4	-	-	1	3,4	-	-
Outros	3	10,3	2	6,9	1	3,4	-	-
Não respondido	8	27,6	2	6,9	5	17,2	1	3,4
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>

A avaliação da coleção consiste em verificar seu estado atual e apontar os pontos fortes e fracos. Estas avaliações podem ser quantitativas que relacionam o número de documentos com a população atendida através de métodos estatísticos, nos quais fórmulas foram criadas para obtenção de um valor ideal, como exemplo a fórmula de Clapp-Jordan para biblioteca universitária apresentada por Vergueiro (1989, p. 85). As avaliações qualitativas, por sua vez, enfocam o conteúdo dos documentos aplicando juízos de valor que definem se a coleção é de boa ou má qualidade.

Contudo, vale ressaltar que as avaliações devem ser feitas obedecendo a certos critérios, cujos principais são o critério de remanejamento e o critério de descarte/doação (ROMANI; BORSZCZ, 2006). O critério de remanejamento cuida de separar as obras de valor pouco usadas e realocá-las em ambiente protegido para sua preservação e possível consulta futura. Já o critério de descarte/doação, serve para dar uma destinação às obras inadequadas, desatualizadas, desgastadas e ou danificadas que não se justifique o seu reparo, as obras em desuso e os materiais descontínuos.

Uma vez definidos os critérios e a avaliação esteja sendo posta em prática, os materiais que reconhecidamente não interessam mais à unidade de informação devem ser separados do acervo, a fim de manter a coleção atualizada e para racionalizar o espaço físico.

A tabela 15 apresenta os percentuais referentes aos critérios empregados para o descarte dos materiais das bibliotecas, da qual se constata que o estado de conservação/obsolescência e a atualidade dos materiais são os principais fatores. Postula em segundo plano, os critérios gerenciamento do espaço físico e o número de exemplares que representam (17,2%) do total, estando, contudo, bastante distante dos demais critérios, que em média representam apenas (5,1%) dos resultados obtidos.

Tabela 15 - Percentual dos critérios para descarte de materiais de informação, Florianópolis, 2012.

	Geral		SME		SED		Particular	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Estado de conservação/ obsolescência/ atualidade	7	24,1	1	3,4	6	20,7	-	-
Estado de conservação / obsolescência / gerenciamento do espaço físico/ número de exemplares	5	17,2	4	13,8	-	-	1	3,4
Estado de conservação	2	6,9	1	3,4	-	-	1	3,4
Atualidade	2	6,9	-	-	2	6,9	-	3,4
Estado de conservação/ obsolescência / atualidade / gerenciamento do espaço físico	2	6,9	2	6,9	-	-	-	-
Estado de conservação/ obsolescência / gerenciamento do espaço físico/ número de exemplares	2	6,9	2	6,9	-	-	-	-
Estado de conservação/ atualidade	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Estado de conservação / atualidade gerenciamento do espaço físico	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Estado de conservação / gerenciamento do espaço físico	2	6,9	-	-	2	6,9	-	-
Estado de conservação / atualidade/ número de exemplares	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
Gerenciamento do espaço físico	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
Não respondido	1	3,4	1	3,4	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>44,8</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>



Os fatores que estão evidenciados como principais para a decisão sobre o descarte de materiais das bibliotecas pesquisadas, levam a conjecturas que podem ou não traduzir a realidade. No entanto, arriscamo-nos a sugerir que os materiais descartados com base no estado de conservação, obsolescência e atualidade, com índice tão díspar dos demais obtidos, primeiro: não estejam devidamente acondicionados ou não tenham sido renovados/substituídos em razão do desgaste pelo seu uso; segundo: se os materiais estão obsoletos, possivelmente eles não tenham sido acessados e nisto implica as políticas de incentivo à leitura, e em terceiro plano, se estão desatualizados, não foram substituídos e neste caso, parece-nos ser mais grave, a biblioteca pode não acompanhar os programas de ensino da instituição. Contudo, se as perspectivas anteriores apresentam-se como as mais pessimistas, pode-se conjecturar que os critérios escolhidos para o descarte por esses indivíduos, atendam naturalmente a lógica para o desenvolvimento desta atividade, restando-nos aceitar como razoável.

Para o caso em que cinco respondentes, além dos critérios anteriores empregam o gerenciamento do espaço físico, pode-se depreender que: ou as suas bibliotecas têm seu espaço reduzido, ou a acumulação de documentos acontece sem critérios definidos ou então, acontece sob um controle adequado e racional.

O questionamento sobre esta racionalidade na gestão das unidades de informação, que aqui nos limitamos às bibliotecas escolares por serem elas o objeto do presente estudo, surge também quando nos referimos à informatização, cujos benefícios já são verificados por grande parte da sociedade inclusive os usuários de bibliotecas.

A informatização das unidades de informação com o emprego de *softwares* e *hardwares* tem crescido em importância e necessidade cada vez maiores para tentar acompanhar a disseminação de informações no âmbito das sociedades. O uso dessas novas tecnologias tornou-se cada vez mais comum em razão do barateamento dos preços tornando-se muito mais acessíveis a todas as classes sociais, ultrapassando o *status* de “luxo” transformando-se em objeto de consumo popular.

Segundo Guinchat e Menou (1994, p.223), o uso da informática, que em princípio se concentrava na pesquisa documental e na elaboração de boletins,

pouco a pouco se estendeu às diversas operações técnicas, de gestão e de atendimento aos usuários, e atualmente, muitas unidades de informação automatizaram total ou parcialmente seus processos.

Contudo, no que se refere à informatização das bibliotecas escolares pesquisadas, constatou-se que menos da metade das escolas apresentam bibliotecas com computadores (Gráfico 4), assim como quase metade das bibliotecas das escolas estudadas não permitem o acesso dos usuários às bases de dados e buscadores na INTERNET (Gráfico 5).

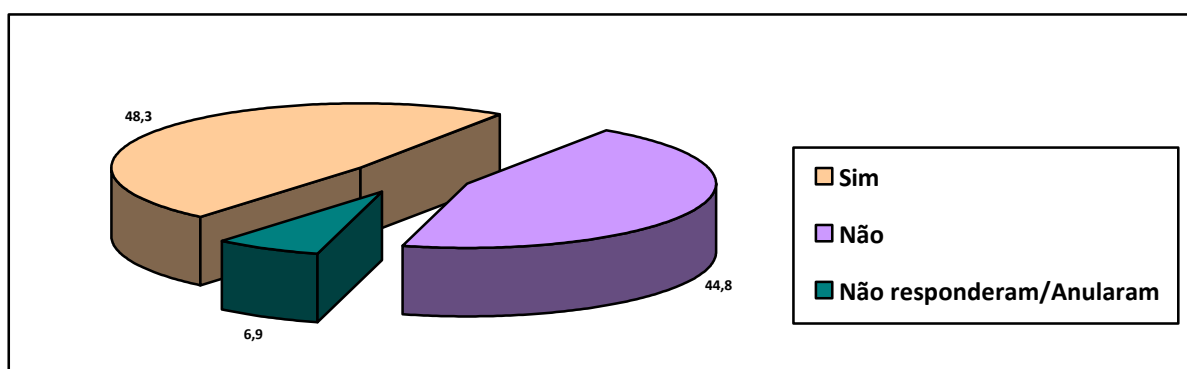


Gráfico 4 - Percentual de bibliotecas informatizadas.

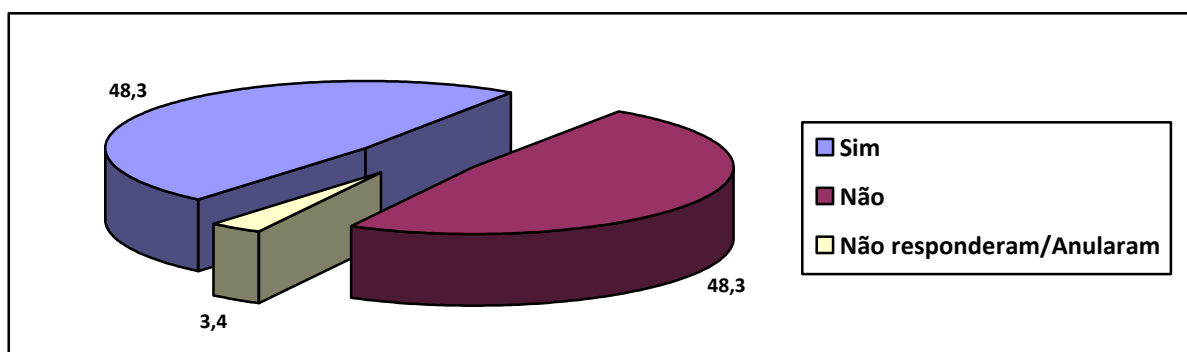


Gráfico 5 - Percentual de bibliotecas que disponibilizam acesso a INTERNET para acesso às bases de dados e buscadores.

Com a expansão do mercado das tecnologias da informação, o aumento na produção de *softwares* e *hardwares* e a consequente redução nos custos de sua obtenção, não se pode mais cogitar a existência de unidades de informação com seus processos, tais como, as práticas técnicas de catalogação, indexação, empréstimo, dentre outras, sendo executados de forma estritamente manual,

muito menos a restrição de acesso ao usuário à informação pelo uso dessas tecnologias.

As facilidades obtidas com o uso de tais tecnologias podem favorecer tanto as atividades corriqueiras da biblioteca, quanto àquelas relativas à formação e ao desenvolvimento de coleções, sobretudo, para incorporação de documentos em formato digital. Já na disseminação de informações, o uso das tecnologias se sobressai, pela agilidade e segurança na transferência de dados, não se esquecendo dos benefícios obtidos da racionalização de recursos financeiros e humanos. Nesse sentido, (ROMANI; BORSZCZ, 2006, p. 107) apontam que: “Sistemas de informação desenvolvidos para bibliotecas, são projetados com a finalidade de dar agilidade às atividades realizadas de forma rotineira, proporcionando maior controle e utilização de informações aplicadas a toma de decisões.”

Portanto, parece-nos importante salientar que os profissionais da informação, em especial os bibliotecários, já não podem mais ignorar a presença e a convivência com novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) - sejam softwares e ou aplicativos relacionados à disponibilização de informações na INTERNET, pois elas visam facilitar a operacionalização dos processos no âmbito da UI, proporcionando a melhoria da qualidade dos serviços/produtos.

Trabalhar com as tecnologias tornou-se um desafio e uma necessidade. Nesse sentido, alerta-se para o fato de que os bibliotecários assim como as bibliotecas das escolas precisam adequar-se e atualizar-se constantemente, tendo em vista que cada vez mais, o número de jovens e crianças utiliza *notebook*, *Ipad*, *Iphones*, dentre outros meios tecnológicos, como ferramentas para comunicação transmissão e obtenção de informações.

Além disso, vale lembrar que as novas TIC's possibilitam que as bibliotecas alcancem novos usuários, facilitado pelo alcance da divulgação eletrônica direta e indireta, da disponibilidade crescente de serviços e materiais que passam a ser acessados pelos usuários sem que haja a necessidade de um deslocamento físico.

Conscientes das necessidades e dos benefícios dessas tecnologias para a educação e o desenvolvimento intelectual dos estudantes, sobretudo daqueles oriundos das populações menos favorecidas, que normalmente compõem os quadros discentes das escolas públicas, governos e organizações em esforços

conjuntos buscam viabilizar projetos para oferecer as condições necessárias ao acesso a estes recursos tecnológicos, beneficiando dessa forma o letramento digital e o consequente desenvolvimento da educação e das capacidades individuais ou coletivas. Nessa direção, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em cooperação com o governo brasileiro promove “[...] ações de disseminação de TICs nas escolas com o objetivo de melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem, entendendo que o letramento digital é uma decorrência natural da utilização frequente dessas tecnologias.” (UNESCO, 2010).

Contudo, apesar da existência de uma consciência dos gestores das instituições educacionais e dos governos sobre a importância das TIC's para a inclusão digital e para o desenvolvimento pleno do processo de ensino-aprendizagem, maiores esforços serão necessários, tendo-se em vista que o cenário verificado na averiguação das bibliotecas pesquisadas em relação à disponibilização de computadores e acesso à Internet apresentou uma grande distância entre a condição atual e realidade desejada.

Nesse sentido, o estudo realizado por Campello et al. (2000), revela que ao verificar sobre o uso da Internet na pesquisa escolar, (68,8%) dos participantes responderam que esse acesso se dava fora do ambiente escolar, contra (47,1%) de ocorrências indicando este acesso no ambiente da biblioteca da escola. Por sua vez, Carvalho (2003, p.33), assinala que a “[...] escola ainda não incorporou efetivamente a Internet como instrumento de aprendizagem.” Essa autora indica que o GEBE – Grupo de Estudos sobre a Biblioteca Escolar da Universidade federal de Minas Gerais – UFMG chegou a esta conclusão em estudo realizado com escolas particulares de educação básica do estado de Minas Gerais, no qual, foram encontrados índices de (75%) de acessos à Internet no ambiente domiciliar contra (25%) de ocorrências no ambiente escolar, semelhantes aos dados obtidos no presente estudo. Vianna (2003, p.37) corrobora o que se discute a esse respeito salientando que enquanto o governo britânico investiu durante três anos (1999-2002) cerca de três bilhões de reais e em equipamentos para conectar as escolas públicas à internet, o Brasil num período igual, investiu apenas (3%) deste valor para esta finalidade.

Deparando-se com esta realidade, aponta-se que, caso não sejam

tomadas as providências políticas e administrativo-financeiras necessárias com a necessária prontidão, por parte dos gestores da educação para a obtenção das TIC's, que via de regra, é disponibilizada por meio de programas governamentais nas diversas esferas, isso no caso da educação pública, salienta-se que parcerias com outras instituições governamentais podem surgir como alternativa para aquisição de computadores e periféricos e render bons resultados.

Neste caso, a *transferência de bens móveis*, movimentação possível no âmbito administrativo governamental, pode apresentar-se como alternativa, paliativa, e não a ideal, desde que sejam obedecidas naturalmente, as normas legais e os procedimentos administrativos relacionados à gestão de patrimônio.

Apesar de serem verificados casos em que bibliotecários não contam com as TIC's para a gestão dos acervos das bibliotecas sob sua tutela, e as condições de trabalho não são as mais favoráveis, percebeu-se otimismo por parte destes profissionais em relação aos impactos que as políticas de desenvolvimento de coleções podem causar aos serviços prestados, nas relações com os usuários, nas atividades desenvolvidas, e na composição geral do acervo.

Os impactos positivos das políticas de desenvolvimento de coleções percebidos pelos responsáveis pelas bibliotecas foram verificados com altos percentuais entre aqueles que apontam melhora com o estabelecimento destas políticas, como pode ser verificado no Gráfico 6.

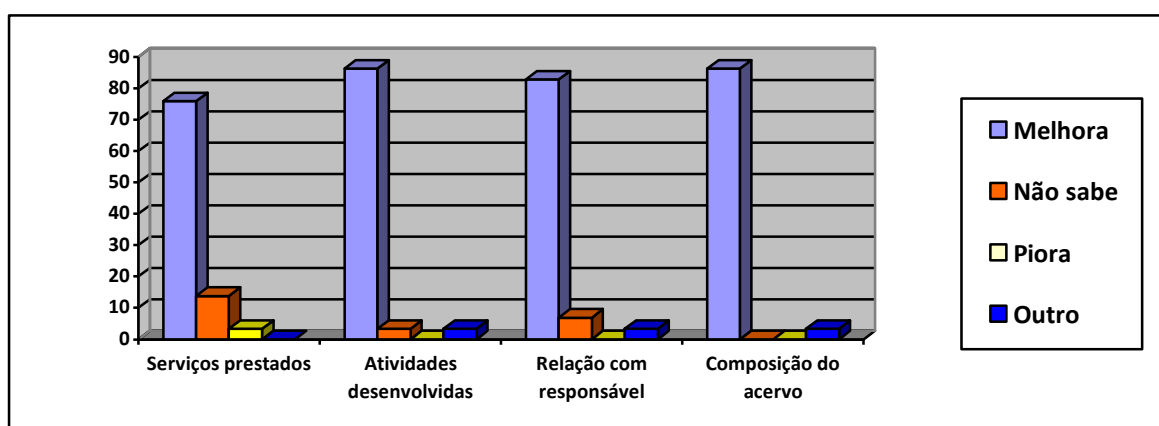


Gráfico 6 - Análise percentual dos impactos das políticas de desenvolvimento de coleções.

Nas análises feitas sobre os resultados da pesquisa, buscou-se convergir aos temas referenciados na revisão de literatura e nos questionamentos

propostos aos pesquisados segundo os objetivos da pesquisa, deste modo, acredita-se ter obtido êxito na busca por traduzir os resultados e espera-se com isso retratar a realidade da população pesquisada em relação às políticas de desenvolvimento de coleções.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações deste estudo foram identificadas, além da carência de pesquisas sobre as temáticas em tela, nas negativas de participação de escolas particulares, ressaltando que duas apresentaram como justificativa o impedimento normativo de repasse de informações institucionais a consultores externos. Verificaram-se limitações também pelas características metodológicas e pelo instrumento empregado para coleta de dados. Contudo, a limitação mais marcante se deu em especial, na baixa adesão ao estudo, das escolas das redes estadual e municipal de ensino, embora se tenha obtido a anuência dos respectivos órgãos representativos e empregados inúmeros esforços para obtenção das informações necessárias a um diagnóstico que retratasse a realidade desta população. Ainda assim, apesar das adversidades encontradas entende-se ter atingido os objetivos propostos.

Com base no exposto, pôde-se concluir que o número de escolas que possui biblioteca com seu acervo organizado e com a presença de profissional bibliotecário como responsável, abrange apenas pouco mais da metade dos sujeitos investigados, ressaltando-se como imprópria a presença de professores atuando nesta área em contradição à legislação vigente.

Apesar da presença de profissionais bibliotecários verificados em cerca da metade das bibliotecas, constatou-se que este aspecto não foi determinante para a constituição de políticas de formação e desenvolvimento de coleções nestas unidades, cujo índice desfavorável acima da metade dos pesquisados aponta para a não existência. Observou-se ainda a centralização de poder relativamente aos assuntos de gestão das bibliotecas, sobretudo no que tange à origem dos recursos para a obtenção de materiais de informação, que em sua maioria, provém de instâncias superiores. Por outro lado, verificou-se que a responsabilidade pelas atividades de seleção, avaliação, aquisição e descarte de materiais correspondentes à formação dos acervos, fica predominantemente sob a responsabilidade de profissionais bibliotecários. Portanto, com base nos achados, pôde-se conhecer o status das bibliotecas escolares das redes pública e particular de ensino fundamental e médio do município de Florianópolis em relação às políticas de desenvolvimento de coleções, constatando a sua inexistência na grande maioria das bibliotecas pesquisadas.

Deste modo, sugere-se o aprofundamento deste estudo, com vistas a proporcionar maiores subsídios a discussões para a sensibilização de gestores institucionais, na busca por promover a adequação das bibliotecas escolares segundo o que preconizam a legislação e a literatura especializada, sobretudo, para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento de coleções. Estas sugestões podem ainda, modificar os processos de ensino – aprendizagem por meio da profissionalização dos mecanismos de obtenção de informação.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. **A coleção da biblioteca escolar**. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, et al. *A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 29-32.

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília (DF): Brique de Lemos, 1996. 118p.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 315p.

BRASIL. Decreto nº 7.084, **de 27 de outubro de 2010**. Dispõe sobre os programas de material didático. Brasília DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm). Acesso em: 20 Nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 31 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm). Acesso em: 20 Nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de Maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país: Brasília – DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Acesso em: 20 Nov. 2011.

CALDEIRA, Paulo da Terra. O espaço físico da biblioteca. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 62p.

CAMPELLO, Bernadete Santos, et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Informação & Informação**, v. 6, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/246>. Acesso em: 20 Jun. 2011.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 62p.

CAMPELLO, B., CALDEIRA, P., SILVA, A., MANGUE, M.. Recursos informacionais para o ensino fundamental. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 27, mai. 1999. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/309>. Acesso em: 25 Jan. 2013.

CAMPELLO, Bernadete. Et al. **Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental**. Brasil: Autêntica Editora, 2004. 304p. Disponível em: <http://site.ebrary.com/lib/buufsc/Doc?id=10065504&ppg=19>. Acesso em: 12 Jan. 2013.

CARVALHO, Maria da Conceição. Internet e pesquisa escolar. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. **A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 62p

CHAGAS, Magda Teixeira; BAHIA, Eliana Maria dos Santos. **Desenvolvimento, conservação e recuperação das coleções**. Florianópolis, SC: CIN/CED/UFSC, 2010. 118 p.

DE LIMA, R., DE FIGUEIREDO, N.. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 13, dez. 1984. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1446> . Acesso em: 08 Out. 2011.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2003. 71p.

Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições - IFLA. **Diretrizes da IFLA / UNESCO para a biblioteca escolar. 2005**. Tradução para o português (Brasil) do original inglês The IFLA/UNESCO School Library Guidelines, 2002. Disponível em: [www.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt\\_BR.pdf](http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt_BR.pdf). Acesso em: 20 Set. 2011.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994. 154p

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Paradigmas modernos da ciência da informação: em usuários, coleções, referência & informação**. São Paulo: Polis ; APB, 1999. 168p

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Metodologias para promoção do uso da informação: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas**. São Paulo: Nobel, 1991. 144p

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). **Resolução nº 7, de 20 de Março de 2009**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3292-resolucao-cd-fnde-n-7-de-20-de-marco-de-2009-alterada>. Acesso em: 30 nov. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUINCHAT, Claire; MENOU, M. J. **Introdução geral as ciências e técnicas da informação e documentação**. 2.ed. corr. aum. Brasília: IBICT; FBB, 1994. 540p.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 303p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA (Brasil). **Comunicação e informação**: TICs na Educação do Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/ict-in-education/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, Porto Alegre: ARTMED, 1999. 340p.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008. 222p

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTUCCI, Elisabeth Marcia, MILANI, Maria Regina. DIAGNÓSTICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS **Inf.Inf.**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 79-94, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1652>. Acesso em: 02 Nov. 2011.

RODRIGUES, Ângela Beatriz Luckei. A biblioteca escolar como diferencial na compra de serviços educacionais. **III Seminário Biblioteca Escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte 22 a 24 de setembro de 2004. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/322.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2011.

ROMANI, Claudia; BORSZCZ, Iraci. **Unidades de informação**: conceitos e competências. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2006.

SANTA CATARINA. **Lei nº 12.773, de 1º de dezembro de 2003**: institui o Programa Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula. Disponível em: [http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/cat\\_view/58-legislacao/185-ensino/76-legislacao-estadual/82-leis?start=10](http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/cat_view/58-legislacao/185-ensino/76-legislacao-estadual/82-leis?start=10). Acesso em: 22 nov. 2011.

SANTA CATARINA. **Lei nº 14.076, de 6 de agosto de 2007**. Altera o art. 6º da Lei nº 12.773, de 2003, que dispõe sobre o Programa de Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula. Disponível em: [http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/cat\\_view/58-legislacao/185-ensino/76-legislacao-estadual/82-leis](http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/cat_view/58-legislacao/185-ensino/76-legislacao-estadual/82-leis). Acesso em: 22 nov. 2011.

SANTANA, I.. Biblioteca universitária e transferência da informação: problemas e perspectivas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 18, jun. 1989. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1329>. Acesso em: 04 Nov. 2011.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3 ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em:

<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2011.

SILVEIRA, L., FIORAVANTE, R., VITORINO, E.. Formação e desenvolvimento de coleções: proposta para biblioteca escolar de acordo com a pedagogia Waldorf. **Revista ACB**, vol. 14, nº 1 (2009): Painel Biblioteconomia em Santa Catarina - 2008. Disponível em:

<http://www.revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/663/731>. Acesso em: 22 Nov. 2011.

VERGUEIRO, W.. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 16, jun. 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1569>. Acesso em: 02 Nov. 2013.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989. 95p.

VERGUEIRO, W.. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 22, abr. 1993. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1208>. Acesso em: 29 Out. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Estabelecimentos de políticas para o desenvolvimento de coleções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, jul/dez.1987. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/> . Acesso em: 19 dez. 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 2 ed. Brasília (DF): Briquet de Lemos Livros, 1997. 125 p.

VIANNA, Márcia Milton. Internet na biblioteca escolar. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 62p

WEITZEL, Simone R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.61-67, jan. 2002. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414/227>. Acesso em: 22 out. 2011.

WEITZEL, Simone R. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. **X ENANCIB**, João Pessoa, PB. 2009. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br-20WEITZEL%2c%20Simone%20da%20R..%20Origem%20e%20fundamento....pdf>. Acesso em: 11 Fev. 2012.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

O presente questionário tem a finalidade específica de levantar dados para o trabalho de conclusão do curso de biblioteconomia do acadêmico Carlos Alberto Jacques acerca das políticas de desenvolvimento de coleções em bibliotecas de escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio do município de Florianópolis. As informações solicitadas nas questões propostas restringem-se apenas aos objetivos do trabalho e são de fundamental importância para a conclusão do estudo. Deste modo solicita-se a especial gentileza dos respondentes para o seu completo preenchimento e reenvio e apresentam-se antecipadamente os agradecimentos àqueles que se entenderem dispostos a participarem deste estudo. Aponta-se que a identidade dos respondentes bem como o nome das unidades escolares selecionadas não é relevante ao estudo, portanto, serão preservados.

### QUESTÕES

**1. Qual a formação profissional do responsável pela biblioteca?**

- ☐ Bibliotecário
- ☐ Auxiliar de biblioteca
- ☐ Arquivista
- ☐ Professor
- ☐ Funcionário administrativo
- ☐ Estagiário
- ☐ Outro:\_\_\_\_\_.

**2. A biblioteca tem uma política de formação e desenvolvimento de coleções formalmente instituída?**

- ☐ Sim ☐ Não

**3. Existe um documento contendo regras estabelecidas para seleção, avaliação, aquisição e descarte de materiais de informação?**

- ☐ Sim ☐ Não

**4. Quem é responsável pelas atividades relativas à formação e desenvolvimento das coleções da biblioteca?**

*Preencha os espaços com os números indicados.*

**1 - Seleção**

**2 - Avaliação**

**3 - Aquisição**

**4 - Descarte**

(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_) Bibliotecário

(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_) Professor

(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_) Funcionário

(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_) Estagiário

(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_) Coordenação pedagógica

(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_) Direção escolar

(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_) Secretaria de governo

(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_)(\_\_\_) Outro responsável: \_\_\_\_\_

**5. Como são adquiridos os materiais para compor o acervo da biblioteca?** Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.

( ) Compra

( ) Doação

( ) Permuta

( ) Outras formas: \_\_\_\_\_.

**6. Qual a origem dos recursos para aquisição de materiais de informação para a biblioteca?** Podem ser assinaladas mais de uma alternativa.

( ) Verba da biblioteca

( ) Verba da escola

( ) Verba da APP

( ) Verba de órgãos superiores (Ex: Secretaria de governo; Entidade Mantenedora, etc.)

( ) Outra fonte de financiamento: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

**7. Quais os critérios para seleção de materiais de informação?**

(assinale uma ou mais alternativas).

- a. ☐ Adequação ao plano político pedagógico
- b. ☐ Solicitação dos alunos
- c. ☐ Solicitação dos Professores
- d. ☐ Indicação da coordenação pedagógica
- e. ☐ Determinação da secretaria de governo
- f. ☐ Preço e disponibilidade orçamentária
- g. ☐ Tipo de material
- h. ☐ Língua e idioma
- i. ☐ Atualidade
- j. ☐ Qualidade gráfica
- k. ☐ Adequação objetivos / necessidades
- l. ☐ Qualidade pedagógica
- m. ☐ Autor/editora
- n. ☐ Imparcialidade
- o. ☐ Segurança
- p. ☐ Formato, capa, fonte e papel
- q. ☐ Data da publicação
- r. ☐ Duplicação
- s. ☐ Todos os itens acima
- t. ☐ Nenhum dos itens.
- u. ☐ Outros. Quais?

---

---

**8. Com relação à cobertura temática qual o principal critério adotado para o desenvolvimento da coleção?**

☐ Profundidade      ☐ Extensão      ☐ Outro: \_\_\_\_\_.

**9. Como são tratados os textos que tratam de temas transversais?**

(Ética; orientação sexual; consumo; religião, etc.)

( ) São Adquiridos normalmente    ( ) São evitados por serem polêmicos

**10. Com que frequência o responsável pela biblioteca participa da formulação do Plano Político Pedagógico da escola?**

( ) Sempre    ( ) Quase sempre    ( ) Raramente    ( ) Nunca

**11. Qual a frequência de realização de estudos de usuários da biblioteca?**

( ) Anual                      ( ) Bienal                      ( ) Quinquenal  
( ) Decenal                      ( ) Não é realizado    ( ) Outro:\_\_\_\_\_.

**12. Com que frequência é realizada avaliação das coleções da biblioteca?**

( ) Anual                      ( ) Bienal                      ( ) Quinquenal  
( ) Decenal                      ( ) Não é realizado    ( ) Outro:\_\_\_\_\_.

**13. Quais os critérios para o descarte de materiais de informação?**

- a. ( ) Estado de conservação
- b. ( ) Obsolescência (desuso)
- c. ( ) Atualidade do material
- d. ( ) Gerenciamento do espaço físico
- e. ( ) Número de exemplares
- f. ( ) Mais que um dos itens acima.

Quais?\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Outro critério:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**14. A biblioteca está informatizada, ou seja, conta com um *software* para o gerenciamento das principais tarefas.** (Ex: processamento técnico

(catalogação/indexação); circulação de materiais (empréstimo/renovação); consulta e recuperação (Consulta ao catálogo *on-line*/Pesquisa utilizando operadores booleanos); INTERNET (Interação *on-line* com fornecedores/acompanhamento de pregões)

( ☐ ) Sim ( ☐ ) Não

**15. A biblioteca disponibiliza computadores aos usuários para acesso a informações em bases de dados e buscadores na INTERNET.** (Ex:

Google; Yahoo; Altavista, etc)

( ☐ ) Sim ( ☐ ) Não

**16. Quais os impactos das políticas para: seleção, avaliação, aquisição e descarte de materiais de informação, quanto:**

**a) Aos serviços prestados aos usuários:**

( ☐ ) Melhoram ( ☐ ) Pioram ( ☐ ) Não sabe ( ☐ ) Outro:\_\_\_\_\_.

**b) Às atividades desenvolvidas pelo responsável pela biblioteca:**

( ☐ ) Melhoram ( ☐ ) Pioram ( ☐ ) Não sabe ( ☐ ) Outro:\_\_\_\_\_.

**c) À relação do responsável pela biblioteca com os demais membros da comunidade,** (usuários; direção; fornecedores; secretaria de governo, etc.):

( ☐ ) Melhora ( ☐ ) Piora ( ☐ ) Não Sabe ( ☐ ) Outro:\_\_\_\_\_.

**d) À composição geral do acervo:**

( ☐ ) Melhora ( ☐ ) Piora ( ☐ ) Não Sabe ( ☐ ) Outro:\_\_\_\_\_.

**Quaisquer dúvidas podem ser esclarecidas através dos seguintes contatos:**

**E-mail:**

[carlos.jacques@yahoo.com.br](mailto:carlos.jacques@yahoo.com.br)

**Telefones:**

(48) 3879-1877 / (48) 9960-6710

## APÊNDICE B — Cartas de apresentação.



### Universidade Federal de Santa Catarina Curso de Biblioteconomia

Ilma. Sra.

Helaine Maltez Costa

Gerente de Formação Permanente

Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis

Prezado(a) Senhor(a),

Com o fim especial de levantar dados para o prosseguimento do trabalho de conclusão do curso (TCC) do acadêmico **Carlos Alberto Jacques** matrícula nº (05126045) regularmente inscrito no curso de Biblioteconomia desta universidade, busca-se junto a vossa senhoria, autorização para que o referido aluno encaminhe questionários aos responsáveis pelas bibliotecas das unidades escolares de ensino fundamental e médio amparadas por esta instituição para inquirir acerca dos seus respectivos acervos.

O estudo visa conhecer as políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas das escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do município de Florianópolis, com o intuito incitar discussões, e fomentar avanços científicos para esta área.

Aponta-se que para a coleta de dados serão obedecidos os critérios definidos no projeto de pesquisa, e que serão abordadas apenas questões referentes às coleções das bibliotecas. A identidade dos entrevistados e os nomes das respectivas escolas serão preservados.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul de Adilson Luiz Pinto.

**Adilson Luiz Pinto**  
Professor Orientador

Florianópolis, 02 de março de 2012.



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Curso de Biblioteconomia**

Ilmo. Sr.

Mário Benedet Filho

Gerente Regional da 18ª Região - Grande Florianópolis

Secretaria de Estado da Educação

Prezado(a) Senhor(a),

Com o fim especial de levantar dados para o prosseguimento do trabalho de conclusão do curso (TCC) do acadêmico **Carlos Alberto Jacques** matrícula nº (05126045) regularmente inscrito no curso de Biblioteconomia desta universidade, busca-se junto a vossa senhoria, autorização para que o referido aluno encaminhe questionários aos responsáveis pelas bibliotecas das unidades escolares de ensino fundamental e médio amparadas por esta instituição para inquirir acerca dos seus respectivos acervos.

O estudo visa conhecer as políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas das escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do município de Florianópolis, com o intuito incitar discussões, e fomentar avanços científicos para esta área.

Aponta-se que para a coleta de dados serão obedecidos os critérios definidos no projeto de pesquisa, e que serão abordadas apenas questões referentes às coleções das bibliotecas. A identidade dos entrevistados e os nomes das respectivas escolas serão preservados.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Adilson Luiz Pinto em tinta azul.

**Adilson Luiz Pinto**  
Professor Orientador

Florianópolis, 02 de março de 2012.



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Curso de Biblioteconomia**

Ilmo. Sr.

Marcelo Batista de Sousa

Presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina

Prezado(a) Senhor(a),

Com o fim especial de levantar dados para o prosseguimento do trabalho de conclusão do curso (TCC) do acadêmico **Carlos Alberto Jacques** matrícula nº (05126045) regularmente inscrito no curso de Biblioteconomia desta universidade, busca-se junto a vossa senhoria, autorização para que o referido aluno encaminhe questionários aos responsáveis pelas bibliotecas das unidades escolares de ensino fundamental e médio amparadas por esta instituição para inquirir acerca dos seus respectivos acervos.

O estudo visa conhecer as políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas das escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do município de Florianópolis, com o intuito incitar discussões, e fomentar avanços científicos para esta área.

Aponta-se que para a coleta de dados serão obedecidos os critérios definidos no projeto de pesquisa, e que serão abordadas apenas questões referentes às coleções das bibliotecas. A identidade dos entrevistados e os nomes das respectivas escolas serão preservados.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul de Adilson Luiz Pinto.

**Adilson Luiz Pinto**  
Professor Orientador

Florianópolis, 02 de março de 2012.